

# PREGÃO ELETRÔNICO

90014/2026

**CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO (120645)**

## OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios – laticínios e embutidos para o Grupamento de Apoio do Galeão e Unidades Apoiadas.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.725.909,40 (doze milhões setecentos e vinte e cinco mil novecentos e nove reais e quarenta centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. DO OBJETO .....                                                             | 3  |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....                                                  | 3  |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....                                          | 3  |
| 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....                                                 | 6  |
| 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....           | 6  |
| 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....                                           | 8  |
| 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 9  |
| 8. DA FASE DE JULGAMENTO .....                                                 | 13 |
| 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....                                                 | 15 |
| 10. DO TERMO DE CONTRATO .....                                                 | 17 |
| 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....                                          | 18 |
| 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....                                   | 19 |
| 13. DOS RECURSOS .....                                                         | 19 |
| 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....                               | 20 |
| 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                | 22 |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....                                               | 23 |



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026**  
(Processo Administrativo n.º 67107.009365/2025-49)

Torna-se público que o Grupamento de Apoio do Galeão, por meio da Divisão de Obtenção, sediado na Rua Alfredo Rocha, s/n, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de gêneros alimentícios – laticínios e embutidos para o Grupamento de Apoio do Galeão e Unidades Apoiadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do apêndice I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **2, 4, 6, 8 a 10, 12, 14, a 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50 a 52, 54, 56, 58, 60, 61, 63, 65, 67, 69, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.9.12 pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. REQUISITOS DA ACEITAÇÃO DO PRODUTO**

##### **4.2 Registro na ANVISA (Decreto-Lei nº 986/1969)**

1) Para os produtos de origem animal: o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

2) Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999).

3) Quanto aos aditivos alimentares, os gêneros alimentícios devem observar a RDC nº 24, de 15 de fevereiro de 2005 da ANVISA.

## 5. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

5.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.1.1 e 10.11.2 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

6.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

6.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

6.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4, 6.7 ou 6.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 valor unitário do item;

7.1.2 Quantidade cotada, devendo ser igual ao máximo de cada item.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo,



por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

7.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

8.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

8.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

8.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.23.1 empresas brasileiras;

8.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sicaf;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

9.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

9.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

9.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

9.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

9.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 9.8.1 conter vícios insanáveis;
- 9.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 9.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 9.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 9.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

10.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



10.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS horas, para:

10.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

12.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### 13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

14.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.fab.mil.br/index.php](http://www.fab.mil.br/index.php).

## 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.6 fraudar a licitação;

15.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

15.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

15.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitações.gapgl@gmail.com](mailto:licitações.gapgl@gmail.com).

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
    - 17.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 17.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
  - 17.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 17.11.4 Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
  - 17.11.5 Anexo V – Portaria GABAER 623-GC4.

LEONARDO COSTA DOS SANTOS Cap Int  
Gestor de Licitações

Aprovo.

TELMO DE ALMEIDA TOSCANO Cel Int  
Ordenador de Despesas





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | EDITAL                                                                                                                            |
| Data/Hora de Criação:         | 10/03/2026 16:35:49                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 24                                                                                                                                |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 25                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | 1fccf6f7242c9d544c9c3e9372ff1872                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap SAULO ALVES BARRETO no dia 11/03/2026 às 12:09:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:31 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

## GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO

## Termo de Referência 23/2026

## Informações Básicas

|                    |                                      |                                   |                          |
|--------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                 | Editado por                       | Atualizado em            |
| 23/2026            | 120645-GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO | ANDRE FELIPE DA SILVA DE SIQUEIRA | 17/03/2026 16:27 (v 0.5) |
| Status             |                                      |                                   |                          |
| CONCLUIDO          |                                      |                                   |                          |

## Outras informações

|                                                      |                       |                                  |
|------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Categoria                                            | Número da Contratação | Processo Administrativo          |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo |                       | 00000000000000000000000000000000 |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios do grupo de laticínios e embutidos, destinados ao preparo de refeições, lanches operacionais e lanches de bordo, compreendendo produtos como leite e derivados (leite fluido, leite em pó, manteiga, margarina, requeijão, queijos diversos, creme de leite e correlatos) e produtos cárneos processados (presunto, apresuntado, mortadela, salsicha, linguiça tipo calabresa e similares), em embalagens e padrões próprios para uso institucional (food service), com fornecimento parcelado, para atender às necessidades do Grupamento de Apoio do Galeão e das Organizações Militares apoiadas na Guarnição do Galeão, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (Doze) meses** contados do(a) **Emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado atualizada e justificativa formal da Administração, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Na hipótese de prorrogação, poderão ser renovados os quantitativos estimados originalmente registrados, para o novo período de vigência, mantida sua natureza de limite máximo para futuras contratações, não se configurando obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade[A2]**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens desta licitação, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

4.1.2. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA); ; e

4.1.3. Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010;

4.1.4 Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes da RDC 843 /2024 e IN 281/2024.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e constantes do anexo Mapa de Preços .

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Poderão ser exigidas amostras de todos os itens deste processo.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço BASE AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-005, no prazo limite de 2 dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Rotulagem e informações obrigatórias: Verificar se a embalagem do item alimentício contém as informações obrigatórias, como nome do produto, lista de ingredientes, data de validade, instruções de armazenamento e preparo, e informações nutricionais. Essas informações são importantes para os consumidores fazerem escolhas informadas;

4.9.2. Qualidade sensorial: Avaliar os aspectos sensoriais do produto, incluindo aparência, cor, odor, sabor e textura. Esses atributos podem variar de acordo com o tipo de alimento e suas características específicas. A análise sensorial pode ser realizada por nutricionistas com conhecimento técnico acerca do assunto ou por um painel de consumidores para determinar se a amostra está dentro dos padrões de aceitabilidade em relação aos atributos sensoriais;

4.9.3 Segurança alimentar: Verificar se o item alimentício atende aos requisitos de segurança alimentar. Isso inclui avaliar se o produto foi produzido em conformidade com as boas práticas de fabricação, se possui certificações de qualidade, se a embalagem está intacta e se não há sinais de contaminação, deterioração ou presença de agentes patogênicos.

4.9.4 Análise físico-química: Realizar análises para determinar os aspectos físicos e químicos do item alimentício. Isso pode incluir a análise de pH, umidade, teor de gordura, teor de açúcares, acidez, concentração de vitaminas, minerais e outros componentes químicos importantes. Essas análises ajudam a verificar se o produto está de acordo com as especificações e padrões estabelecidos para aquele tipo de alimento

4.9.5 Análise de contaminantes: Realizar observação detalhada do item para identificar a presença de contaminantes químicos, como resíduos de agrotóxicos, metais pesados, micotoxinas, adulterantes e outros elementos indesejáveis. Essas análises são importantes para garantir a segurança do produto e a conformidade com os limites regulatórios estabelecidos

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **02 (Dois)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Subcontratação**

4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]

### **Garantia da contratação[A8]**

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.17 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração, devendo ser avaliada de acordo com o risco da contratação e as características do objeto. No presente caso, o objeto

alvo deste ETP, é caracterizada como de baixa complexidade, com valor reduzido e obrigações de execução simples e imediata, não envolvendo prestação continuada, manutenção técnica, nem fornecimento em parcelas. Ademais, o objeto será entregue de forma única, integral e imediata, não gerando obrigações futuras ou riscos operacionais prolongados para a Administração. Diante disso, conclui-se que o risco de inadimplemento por parte do contratado é baixo ou irrisório, inexistindo elementos que justifiquem a imposição de garantia. Assim, opta-se fundamentadamente pela não exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o risco envolvido e o princípio da proporcionalidade.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.18.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (Quinze) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (Cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.4.1. PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DO RIO DE JANEIRO: Estrada do Galeão, nº4700 - Ilha do Governador - CEP 21941- 352 - Rio de Janeiro;

5.4.2. BASE AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-005;

5.4.3. HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, 4101, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353;

5.4.4. CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL: Estrada do Galeão, 3737, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941- 353; e

5.4.5. CASA GERONTOLÓGICA DE AERONÁUTICA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: Rua Major Aviador Carlos Biavati, s/n – Praça do Avião, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, 21941-330.

5.4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 30 (Trinta) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A5]

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.15.1. Recebimento dos produtos:**

Conferência física dos itens no ato da entrega, verificando-se quantitativos, integridade das embalagens, condições de transporte, temperatura quando aplicável e conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência e na respectiva nota de empenho.

**6.15.2. Análise dos produtos:**

Avaliação qualitativa dos gêneros alimentícios recebidos, incluindo verificação de prazo de validade, rotulagem obrigatória, condições sanitárias aparentes e demais requisitos técnicos aplicáveis, podendo ser realizada inspeção pela equipe de Nutrição ou responsável técnico designado.

**6.15.3. Aceitação dos produtos:**

Após a verificação de conformidade, será formalizada a aceitação dos itens entregues. Em caso de não conformidade, o fornecedor será notificado para substituição dos produtos recusados, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido no instrumento contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d” (atraso injustificado na entrega), de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela.

7.2.4.2. (Suprimido, por não haver exigência de garantia contratual nesta contratação.)

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” (infrações de média gravidade, como descumprimento de obrigações acessórias, falhas na execução, não substituição de produtos recusados, entre outras), de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela afetada.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” (recusa injustificada em assinar o contrato ou a ata), de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória, para a infração descrita na alínea “d”, quando o atraso comprometer a utilidade do fornecimento, de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” (descumprimento de obrigação que enseje aplicação das sanções mais gravosas previstas na Lei nº 14.133/2021), de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.7.1. Enquadram-se, entre outras hipóteses da alínea “a”, condutas como fraude na execução do contrato, apresentação de documentação falsa e prática de atos que atentem contra a Administração Pública.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (Dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (Dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (Cinco) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.[A4]

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito[A11]**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/12/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no Anexo I deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação[A3]**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de produção, industrialização ou distribuição de alimentos, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente (municipal, estadual ou distrital), nos termos da legislação sanitária vigente, especialmente a Lei nº 6.437/1977, a Lei nº 9.782/1999 e normas da ANVISA, conforme aplicável ao estabelecimento do fornecedor.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

**Qualificação Econômico-Financeira[A10]**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5.% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A13] ;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Devido a necessidade de comprovação da documentação apresentada.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 12.725.909,40 (Doze Milhões e Setecentos e Vinte e Cinco Mil e Novecentos e Nove Reais e Quarenta Centavos), conforme custos unitários apostos na **em anexo**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.[A1]**

Conforme Assinatura digital

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

~~OU~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)~~

## ~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de ....., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas:~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração:~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

**OU**

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

**OU**

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~— 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A5]~~

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

#### ~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A8]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada** [A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~— 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~— 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~— 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~— 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~— 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

**OU**

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1].~~

~~5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]~~

**OU**

**5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A16] contraentes.**

~~5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~—5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~—5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto:~~

~~——5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva:~~

~~5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~—5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~—5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~—5.10.3. Indenizações e multas.~~

~~5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório:~~

~~5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau:~~

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos. [A17]~~

## **7. ALTERAÇÕES**

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. [A18]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

## **8. FORO**

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEONARDO DE SA GARCIA**  
Membro da comissão de contratação

**ANDRE SERPA CALDAS**  
Membro da comissão de contratação

**ANDERSON SILAS DA SILVA**  
Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 4. Mapa de Precos.pdf (313.54 KB)





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | TR_120645-000023-2026                                                                                                             |
| Data/Hora de Criação:         | 27/03/2026 14:36:30                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 22                                                                                                                                |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 23                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | 3f66c9781390fe4e34900d6daa63c684                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LEONARDO DE SÁ GARCIA no dia 27/03/2026 às 11:39:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ANDRÉ SERPA CALDAS no dia 27/03/2026 às 11:40:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ANDERSON SILAS DA SILVA no dia 27/03/2026 às 11:41:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:32 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | CATMAT | REQ. MÍNIMA | REQ. MÁXIMA | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL          |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-------------------|------------------|--------|-------------|-------------|----------------|----------------|
| 1    | ANES DE CEBOLA EMPANADOS E CONGELADOS. MATERIAIS: CEBOLA, FARINHA DE TRIGO, ÓLEO DE GIRASSOL, AMIDO DE TRIGO, ALGINATO DE SÓDIO [E401], SAL, DEXTROSE, FERMENTO BIOLÓGICO, AÇÚCAR E EXTRATO DE PÁPRICA (E 1602); ALTURA: 26 CM, LARGURA: 20 CM. CONSERVAÇÃO: FREEZER A -18 °C. PRE FRITO. PORÇÃO DE 80G: CARBOIDRATO: 24G; COLESTEROL: 0 MG; FIBRA ALIMENTAR: 2,5G; GORDURA MONOSATURADAS: 3G; GORDURA POLINSATURADAS: 1,9G; GORDURAS SATURADAS: 1,1G; GORDURA TRANS: 0G; PROTEÍNAS 2,75G; SÓDIO 163MG; VALOR ENERGÉTICO: 187 KCAL. SIMILAR EM BEM BRASIL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | KG                | 3375             | 464597 | 1           | 3375        | R\$ 29,79      | R\$ 100.541,25 |
| 2    | IDEM AO ITEM 1 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | KG                | 1125             | 464597 | 1           | 1125        | R\$ 29,79      | R\$ 33.513,75  |
| 3    | BATATA INGLESA FRE PRÉ FATIADA CONGELADA CORTADA EM PAU TO EMBALAGEM DE 2 KG; INGREDIENTES: BATATA, ÓLEO VEGETAL, ESTABILIZANTE PIROFOSFATO DISSÓCIO (N5450), NÃO CONTÉM GLÚTEN; PORÇÃO DE 85G: VALOR ENERGÉTICO: 100KCAL; CARBOIDRATOS: 16G; PROTEÍNAS: 1,6G; GORDURAS TOTAIS: 3,4G; GORDURA SATURADAS: 0,9G; GORDURAS TRANS: 0G; GORDURA MONOSATURADAS: 0,7G; GORDURAS POL-INSATURADAS: 1,8G; COLESTEROL 0 MG; FIBRA ALIMENTAR: 1,7G; SÓDIO 246 MG. SIMILAR À BEM BRASIL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |  | UND               | 3375             | 481135 | 1           | 3375        | R\$ 31,40      | R\$ 105.975,00 |
| 4    | IDEM AO ITEM 3 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | UND               | 1125             | 481135 | 1           | 1125        | R\$ 31,40      | R\$ 35.325,00  |
| 5    | BLANQUET DE PERU RESFIADO. (PRIMEIRA LINHA) INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  | KG                | 4500             | 447790 | 1           | 4500        | R\$ 61,94      | R\$ 278.730,00 |
| 6    | PORÇÃO 40G (2 1/2 FATIAS). VALOR ENERGÉTICO: 42 Kcal = 175kJ; CARBOIDRATOS: 1,6G; PROTEÍNAS: 6,6G; GORDURAS TOTAIS 1,0G; GORDURAS SATURADAS 0,0G; GORDURAS TRANS 0,0G. SIMILAR À SÓDIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  | KG                | 1500             | 447790 | 1           | 1500        | R\$ 61,94      | R\$ 92.910,00  |
| 7    | IDEM AO ITEM 5 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | KG                | 1500             | 447790 | 1           | 1500        | R\$ 61,94      | R\$ 92.910,00  |
| 7    | CREAM CHEESE SACI® 16 e INGREDIENTES-CREME DE LEITE, COMPOSTO LACTEO (LEITE EM PÓ INTEGRAL, CONCENTRADO PROTICO DE LEITE EM PÓ, CONCENTRADO PROTICO DE SORO DE LEITE EM PÓ, ESTABILIZANTES: GOMA XANTANA, GOMA GUARA), CLORETO DE SÓDIO (SAL), FERIMENTO LÁTICO, CONSERVADORES: SORBATO DE POTÁSSIO E INSINA. PORÇÃO DE 30G (1 COLHER DE SOPA): VALOR ENERGÉTICO: 83 KCal = 349 kJ; CARBOIDRATOS:1,1 g; GLUCOSE; GALACTOSE:0,2 g; LACTOSE 0,9 g; PROTEÍNAS 1,6 g GORDURAS TOTAIS:7,9 g GORDURAS SATURADAS:4 g GORDURAS TRANS:1,3 g; FIBRA ALIMENTAR: 5,01078 mg. CONSERVAÇÃO: RESFIADO DE 1ª A 8°C, VALIDADE: 90 DIAS   APÓS ABERTO CONSUMIR EM 8 DIAS. SIMILAR A CATUPURY                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  | UND               | 40500            | 446653 | 1           | 40500       | R\$ 2,60       | R\$ 105.300,00 |
| 8    | IDEM AO ITEM 7 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |  | UND               | 13500            | 446653 | 1           | 13500       | R\$ 2,60       | R\$ 35.100,00  |
| 9    | CREME DE LEITE FRESCO PASTEURIZADO EMBALAGEM de 1L; COR: BRANCO; INGREDIENTES: CREME DE LEITE PASTEURIZADO; CONSERVE O SEMPRE NA PARTE MAIS FINA DA GELADEIRA, NO FUNDO DAS PRATELEIRAS MAIS ALTAS. NÃO QUANDO NO FREEZER. TABELA NUTRICIONAL (PORÇÃO DE 15g): CARBOIDRATOS 0 G COLESTEROL 10 MG FIBRA ALIMENTAR 0 G GORDURAS MONOSATURADAS 1,3 G GORDURAS POLINSATURADAS 0,1 G GORDURAS SATURADAS 3,5 G GORDURAS TOTAIS 5,6 G GORDURAS TRANS 0 G PROTEÍNAS 0 G SÓDIO 6,9 MG VALOR ENERGÉTICO 50 KCAL. SIMILAR A TIROLEZ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  | UND               | 2500             | 446536 | 1           | 2500        | R\$ 25,45      | R\$ 63.625,00  |
| 10   | IGOURTE DE FRUTAS EM BANDEJA C/ 6 UNDS: IGOURTE INTEGRAL COM PREPARADO DE FRUTAS COCO, FRUTAS VERMELHAS, BANANA, MAÇÃ E MAMÃO. BANDEJA 540G G LUNDAS DE 90G; INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL E/OU LEITE INTEGRAL RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR LÍQUIDO, LEITE EM PÓ DESNATADO, AMIDO MODIFICADO, PREPARADO DE COCO (AGUA, AÇÚCAR, LEITE DE COCO CONCENTRADO, AMIDO MODIFICADO, AROMATIZANTES, ADICULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO E ESPESANTE GOMA XANTANA) E FERMENTO LACTEO. FRUTAS VERMELHAS: LEITE INTEGRAL E/OU LEITE INTEGRAL RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR LÍQUIDO, LEITE EM PÓ DESNATADO, AMIDO MODIFICADO, PREPARADO DE FRUTAS (AÇÚCAR, AGUA, POLPAS DE MORANGO, FRAMBUESA E CEREA, AMIDO MODIFICADO, AROMATIZANTES, ADICULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, ESPESANTE GOMA XANTANA E CORANTE ARTIFICIAL AZORUBRINA E FERMENTO LACTEO. LEITE INTEGRAL E/OU LEITE INTEGRAL RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR LÍQUIDO, PREPARADO DE FRUTAS (AGUA, AÇÚCAR, POLPAS DE BANANA, MAÇÃ E MAMÃO, AMIDO MODIFICADO, CORANTES NATURAIS CAROTENO E CARMIN, AROMATIZANTES, ADICULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO ESPESANTE GOMA XANTANA) LEITE EM PÓ DESNATADO, AMIDO MODIFICADO E FERMENTO LACTEO. SIMILAR A DANONE                                                                                                                                                                                                                                                                |  | UND               | 6300             | 446712 | 1           | 6300        | R\$ 8,82       | R\$ 55.566,00  |
| 11   | IGOURTE DESNATADO INDIVIDUAL DE 170 G: CORANTE: NÃO CONTEM; GLÚTEN: NÃO CONTEM;LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; PRODUTO DESNATADO: SIM; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; PRODUTO VEGANO: NÃO; PRODUTO VEGETARIANO: NÃO;COR: BRANCO; MARCA: NESTLE; SABOR: NATURAL;INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO DESNATADO E/OU LEITE PASTEURIZADO DESNATADO+ FERMENTO LACTEO. TABELA NUTRICIONAL (PORÇÃO DE 180G): CÁLCIO 220 MG; CARBOIDRATOS 7,8 g; COLESTÉROL 4,2 mg; FIBRA ALIMENTAR 0 g; GORDURAS MONOSATURADAS 0 g; GORDURAS POLINSATURADAS 0 g; GORDURAS SATURADAS 0 g; GORDURAS TOTAIS 0 g; GORDURAS TRANS 0 g; PROTEÍNAS 5,8 g; SÓDIO 78 mg; VALOR ENERGÉTICO: 57 KCAL. SIMILAR A DANONE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | UND               | 20250            | 446703 | 1           | 20250       | R\$ 4,29       | R\$ 86.872,50  |
| 12   | IDEM AO ITEM 11 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | UND               | 6750             | 446703 | 1           | 6750        | R\$ 4,29       | R\$ 28.957,50  |
| 13   | IGOURTE EMBALAGEM 1800G DIVERSOS SABORES: CORANTE: ARTIFICIAL; GLÚTEN: CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM;CONSERVANTES: CONTEM; TRIGO-PODE CONTER; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM;PRODUTO DIET:NÃO;PRODUTO INTEGRAL: SIM;PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; VALOR ENERGÉTICO: 57 KCAL. SIMILAR A DANONE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |  | UND               | 54000            | 446706 | 1           | 54000       | R\$ 4,10       | R\$ 221.400,00 |
| 14   | IDEM AO ITEM 13 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | UND               | 18000            | 446706 | 1           | 18000       | R\$ 4,10       | R\$ 73.800,00  |
| 15   | IGOURTE NATURAL SEM AÇÚCAR, USO CULINARIO, EMBALAGEM 170 GR. CORANTE: NÃO CONTEM; GLÚTEN: NÃO CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: SIM; PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; PRODUTO VEGANO: NÃO; PRODUTO VEGETARIANO: NÃO; VALOR ENERGÉTICO 57 KCAL. COR: BRANCO; SABOR: NATURAL; INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL E/OU LEITE RECONSTITUÍDO INTEGRAL E FERMENTO LACTEO; TIPO DE ARMAZENAGEM: REFRIGERADO; AROMATIZANTE NÃO CONTEM SIMILAR A DANONE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  | UND               | 2700             | 446701 | 1           | 2700        | R\$ 4,25       | R\$ 11.475,00  |
| 16   | IGOURTE ZERO GORDURAS INDIVIDUAL EMB. 165 G CORANTE: NATURAL; GLÚTEN: CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; CENTEIO: PODE CONTER; CEVADA: PODE CONTER; CONSERVANTES: CONTEM; TRIGO: PODE CONTER; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: SIM; PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO VEGANO: NÃO; PRODUTO VEGETARIANO: NÃO; COR: PRATA; SABOR: ORIGINAL + FRUTAS VERMELHAS. INGREDIENTES: ORIGINAL: LEITE CONCENTRADO, AÇÚCAR, CREME DE LEITE, LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO INTEGRAL, PREPARADO DE MEL (AGUA, FRUTOSE, MEL, AMIDO MODIFICADO, AROMATIZANTES, ADICULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO E ESPESANTES GOMAS XANTANA E GUARA, FRUTOSE, AMIDO MODIFICADO, LEITE EM PÓ DESNATADO, FERIMENTO LACTEO E ESTABILIZANTE GELATINA. FRUTAS VERMELHAS: LEITE CONCENTRADO, PREPARADO DE FRUTA (POLPA DE MORANGO, AÇÚCAR, AGUA, FRUTOSE, POLPAS DE AMORA E FRAMBUESA, AMIDO MODIFICADO, ESPESANTE GOMA XANTANA, ADICULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CORANTE NATURAL CARMIN, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO E AROMATIZANTE), AÇÚCAR, CREME DE LEITE, LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO INTEGRAL, FRUTOSE, AMIDO MODIFICADO, LEITE EM PÓ DESNATADO, FERMENTO LACTEO E ESTABILIZANTE GELATINA. TIPO DE ARMAZENAGEM: RESFIADO. TABELA NUTRICIONAL (PORÇÃO DE 150G): CÁLCIO 137 MG; CARBOIDRATOS: 14 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 2,1 g; GORDURAS TOTAIS: 3,3 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 3,9 g; SÓDIO: 67 mg; VALOR ENERGÉTICO 101 KCAL. SIMILAR A DANONE |  | UND               | 16500            | 446712 | 1           | 16500       | R\$ 4,19       | R\$ 69.133,00  |
| 17   | LEITE DESNATADO EMBALAGEM TETRA PAK DE 1L GLÚTEN: NÃO CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO DESNATADO: SIM; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: NÃO; PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; PRODUTO ZERO GORDURA: SIM; INGREDIENTES: LEITE DESNATADO E ESTABILIZANTES (CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO). INFORMAÇÕES DE CONSERVAÇÃO: NÃO NECESSITA DE REFRIGERAÇÃO.CÁLCIO: 280 mg; CARBOIDRATOS: 10 g; COLESTÉROL: 0 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS MONOSATURADAS: 0 g; GORDURAS POLINSATURADAS: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 0 g; GORDURAS TOTAIS: 0 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 6,4 g; SÓDIO: 142 mg; VALOR ENERGÉTICO 65 KCAL. SIMILAR A PARMALAT                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  | UND               | 40500            | 445997 | 1           | 40500       | R\$ 7,20       | R\$ 291.600,00 |
| 18   | IDEM AO ITEM 17 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | UND               | 13500            | 445997 | 1           | 13500       | R\$ 7,20       | R\$ 97.200,00  |
| 19   | LEITE SEMI DESNATADO EMBALAGEM TETRA PAK 1 L GLÚTEN: NÃO CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO DESNATADO: NÃO; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: NÃO; PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; PRODUTO SEMI DESNATADO: SIM;INGREDIENTES: LEITE SEMI DESNATADO E ESTABILIZANTES (CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO). INFORMAÇÕES DE CONSERVAÇÃO NÃO NECESSITA DE REFRIGERAÇÃO.CÁLCIO: 240 MG; CARBOIDRATOS: 9 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 1,2 g; GORDURAS TOTAIS: 2 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 6 g; SÓDIO: 136 mg; VALOR ENERGÉTICO 79 KCAL. SIMILAR A PARMALAT                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |  | UND               | 40500            | 445996 | 1           | 40500       | R\$ 8,34       | R\$ 337.770,00 |
| 20   | IDEM AO ITEM 19 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | UND               | 13500            | 445996 | 1           | 13500       | R\$ 8,34       | R\$ 112.590,00 |
| 21   | LEITE UHT/UHT INTEGRAL EMBALAGEM TETRA PAK 1 L. GLÚTEN: NÃO CONTEM; LACTOSE: CONTEM; LEITE: CONTEM; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO DIET: NÃO; PRODUTO INTEGRAL: SIM; PRODUTO LIGHT: NÃO; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL E ESTABILIZANTES (CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO). INFORMAÇÕES DE CONSERVAÇÃO: NÃO NECESSITA DE REFRIGERAÇÃO.CÁLCIO: 230 MG; CARBOIDRATOS: 8,8 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 4 g; GORDURAS TOTAIS: 6 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 6 g; SÓDIO: 138 mg; VALOR ENERGÉTICO: 113 KCAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | UND               | 97200            | 445995 | 1           | 97200       | R\$ 9,45       | R\$ 918.540,00 |
| 22   | IDEM AO ITEM 21 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | UND               | 32400            | 445995 | 1           | 32400       | R\$ 9,29       | R\$ 300.996,00 |
| 23   | LINGÜÇA CALABRESA EMBALADA A VÁCUO: INGREDIENTE: CARNE SUÍNO, CARNE BOVINA, CARNE MECANICAMENTE SEPARADA DE AVES, TOCINOINHO, PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, SAL, LEITE EM PÓ, AÇÚCAR, PIMENTAS: CALABRESA E PRETA, EXTRATO DE ARROZ FERMENTADO, REGULADOR DE ACIDEZ LACTATO DE SÓDIO (INS 452), ESTABILIZANTE POLIFOSFATO DE SÓDIO (INS 452), REGULADOR DE AROMA GLUTAMATO MONOSSÓDICO (INS 621), ANTIOXIDANTE: ERITOBATO DE SÓDIO (INS 316), AROMAS: NATURAL DE FUMACIA E DE PIMENTA PRETA, CONSERVADORES: NITRITO DE SÓDIO (INS 250) E NITRATO DE SÓDIO (INS 251) E CORANTE NATURAL CARMIN (INS 120). GLÚTEN: SOJA: PODE CONTER; LEITE: PODE CONTER; CEVADA: PODE CONTER; CONSERVANTES: CONTEM; TRIGO: PODE CONTER; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; E PRODUTO ORGÂNICO: NÃO. INFORMAÇÕES DE CONSERVAÇÃO: LOCAL SECO E FRESCO: (2°C A 25°C). REFRIGERADOR: (ATÉ 7°C). APÓS ABERTO, REMOVER O PRODUTO DA EMBALAGEM E ENVOLEVER EM PAPEL ALUMÍNIO. CARBOIDRATOS: 0,5 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 4,8 g; GORDURAS TOTAIS: 14 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 8 g; SÓDIO: 599 mg; E VALOR ENERGÉTICO: 156 Kcal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  | KG                | 8100             | 447702 | 1           | 8100        | R\$ 28,01      | R\$ 226.881,00 |
| 24   | IDEM AO ITEM 23 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 2700             | 447702 | 1           | 2700        | R\$ 28,01      | R\$ 75.627,00  |
| 25   | LINGÜÇA DE FRANGO CONGELADA: GLÚTEN: CONTEM; SOJA: PODE CONTER; LEITE: PODE CONTER; CEVADA: PODE CONTER; CONSERVANTES: CONTEM; TRIGO: PODE CONTER; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; INGREDIENTES: CARNE DE FRANGO, CARNE MECANICAMENTE SEPARADA DE FRANGO, GORDURA DE FRANGO, AGUA (2N), PROTEÍNA DE SOJA (**), SAL, CEBOLA, AÇÚCAR, EXTRATO DE ALECRIM, PIMENTA-CALABRESA, SALSA, DREAGANO, REGULADORES DE ACIDEZ: LACTATO DE SÓDIO E CITRATO DE SÓDIO, AROMATIZANTES: AROMAS NATURAIS DE CARNE E ALHO, ESPESANTE: CARBAGENA, ESTABILIZANTE: TRIFOSFATO DE SÓDIO, ANTIOXIDANTE: ISOSORBATO DE SÓDIO, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, ADICULANTE: ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO. ** BACILLUS THURINGIENSIS, STREPTOMYCES VIRIDICHOROMGENES E AGROBACTERIUM TUMEFACIENS. PORÇÃO DE 50G: CARBOIDRATOS: 0 g; FIBRA ALIMENTAR: 0 g; GORDURAS SATURADAS: 2,7 g; GORDURAS TOTAIS: 9 g; GORDURAS TRANS: 0 g; PROTEÍNAS: 8 g; SÓDIO: 587 mg; E VALOR ENERGÉTICO: 113 Kcal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  | KG                | 3000             | 451938 | 1           | 3000        | R\$ 21,74      | R\$ 65.220,00  |
| 26   | IDEM AO ITEM 25 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 1000             | 451938 | 1           | 1000        | R\$ 21,74      | R\$ 21.740,00  |
| 27   | LINGÜÇA DE PERNIL CONGELADA: INGREDIENTE: PERNIL SUÍNO, AGUA, PROTEÍNA DE SOJA, SAL, AÇÚCAR, CEBOLA, ALHO, CONTRO, PIMENTA BRANCA, NOZ-MUSCADA, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, ESTABILIZANTES: TRIFOSFATO DE SÓDIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, AROMATIZANTE: AROMA NATURAL, ANTIOXIDANTE: ISOSORBATO DE SÓDIO, CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO, CORANTE: CARMIN DE COCHONILHA, CONTRO, PIMENTA BRANCA, ALERGICOS: CONTEM DERIVADOS DE SOJA. PODE CONTER CEVADA. PORÇÃO DE 100G: VALOR ENERGÉTICO 87 Kcal = 365 kJ; PROTEÍNA (g): 7,5g; CARBOIDRATOS (g): 0,8g; GORDURAS TOTAIS (g): 6g; GORDURAS SATURADAS (g): 1,8g; GORDURA TRANS (g): 0,0g; FIBRA ALIMENTAR (g): 0g; SÓDIO (MG): 323MG.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  | KG                | 7200             | 480368 | 1           | 7200        | R\$ 24,91      | R\$ 179.352,00 |
| 28   | IDEM AO ITEM 27 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 1800             | 480368 | 1           | 1800        | R\$ 24,91      | R\$ 44.838,00  |
| 29   | LINGÜÇA DEFUMADA TIPO PORTUGUESA: INGREDIENTES: CARNE SUÍNO, CARNE MECANICAMENTE SEPARADA DE AVE (FRANGO E/OU PERU), AGUA, GORDURA SUÍNA, SAL, PROTEÍNA DE SOJA, AÇÚCAR, PIMENTA CALABRESA, PIMENTA VERMELHA, ALHO, CEBOLA, GENGIBRE, AROMATIZANTES: AROMA NATURAL DE FUMACIA, AROMAS NATURAIS DE PIMENTA VERMELHA, ALHO, CEBOLA E GENGIBRE, ESTABILIZANTE: TRIFOSFATO DE SÓDIO, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, CORANTES: CARAMELO IV E CARMIN DE COCHONILHA, ANTIOXIDANTE: ISOSORBATO DE SÓDIO, CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO. PORÇÃO 50G: VALOR ENERGÉTICO: 156Kcal = 655kJ; CARBOIDRATOS 0G; PROTEÍNAS: 8,5G; GORDURAS TOTAIS: 14G; GORDURAS SATURADAS: 4,9G; GORDURAS TRANS: 0G; FIBRA ALIMENTAR: 0G; SÓDIO: 750MG.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  | KG                | 8100             | 447703 | 1           | 8100        | R\$ 35,88      | R\$ 314.928,00 |
| 30   | IDEM AO ITEM 29 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 2700             | 447703 | 1           | 2700        | R\$ 35,88      | R\$ 104.976,00 |
| 31   | LINGÜÇA PAIO EMBALADA A VÁCUO: INGREDIENTES: CARNE SUÍNA, CARNE MECANICAMENTE SEPARADA DE AVE (FRANGO E/OU GALINHA E/OU PERU), GORDURA SUÍNA, SAL, CARNE BOVINA, AÇÚCAR, PIMENTA-CALABRESA, EXTRATO DE ALECRIM, PIMENTA-VERMELHA, ALHO, CEBOLA, GENGIBRE, AROMATIZANTES: AROMAS NATURAIS DE FUMACIA, CARNE, FUMACIA, PIMENTA-VERMELHA, ALHO, CEBOLA E GENGIBRE, ESTABILIZANTE: TRIFOSFATO DE SÓDIO, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, CORANTES: CARAMELO IV E CARMIN DE COCHONILHA, ANTIOXIDANTE: ISOSORBATO DE SÓDIO, CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO. PORÇÃO 50G: VALOR ENERGÉTICO: 156Kcal = 655kJ; CARBOIDRATOS 0G; PROTEÍNAS: 8,5G; GORDURAS TOTAIS: 14G; GORDURAS SATURADAS: 4,9G; GORDURAS TRANS: 0G; FIBRA ALIMENTAR: 0G; SÓDIO: 750MG.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |  | KG                | 5400             | 449182 | 1           | 5400        | R\$ 36,26      | R\$ 155.804,00 |
| 32   | IDEM AO ITEM 31 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 1800             | 449182 | 1           | 1800        | R\$ 36,26      | R\$ 65.268,00  |
| 33   | LINGÜÇA TOSCANA CONGELADA: GLÚTEN: CONTEM; SOJA: PODE CONTER; CEVADA: PODE CONTER; CONSERVANTES: CONTEM; POSSUI INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SIM; PRODUTO ORGÂNICO: NÃO; INGREDIENTES: CARNE SUÍNO, AGUA (15%), SAL, AÇÚCAR, EXTRATO DE ALECRIM, ALHO, PIMENTA-PRETA, REGULADORES DE ACIDEZ: LACTATO DE SÓDIO E CITRATO DE SÓDIO, AROMATIZANTES: AROMA IDENTICO AO NATURAL DE CARNE E AROMA NATURAL DE PIMENTA-PRETA, ESTABILIZANTES: TRIFOSFATO TETRASSÓDICO, PIROFOSFATO DISSÓDICO E HEXAMETAFOSFATO DE SÓDIO E TRIFOSFATO DE SÓDIO, ANTIOXIDANTE: ÁCIDO ASCÓRBICO, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO, CORANTES: CARMIN DE COCHONILHA, VERMELHO DE BETERRABA E CARAMELO IV, CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS 50 G (G UNIDADE): CARBOIDRATOS 0 G G; FIBRA ALIMENTAR 0 G G; GORDURAS SATURADAS 2,7 G G; GORDURAS TOTAIS 9 G G; GORDURAS TRANS 0 G G; PROTEÍNAS 7 G G; SÓDIO 315 MG G; VALOR ENERGÉTICO 111 Kcal. * % VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 KCal OU 8.400 kJ. SEUS VALORES DIÁRIOS PODEM SER MAIORES OU MENORES DEPENDENDO DE SUAS NECESSIDADES ENERGÉTICAS. ** VD NÃO ESTABELECIDO.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |  | KG                | 5400             | 447705 | 1           | 5400        | R\$ 25,07      | R\$ 135.378,00 |
| 34   | IDEM AO ITEM 33 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | KG                | 1800             | 447705 | 1           | 1800        | R\$ 25,07      | R\$ 45.126,00  |

Documento: 5. Apêndice - Página 2/4 - Hash MD5: f70dbb8815e94d03c0cdfc9551416d68

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |     |       |        |   |       |           |                |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--------|---|-------|-----------|----------------|
| 71 | QUEIJO PROCESSADO TIPO POLENGUINHO ZERO LACTOSE EMB. 20G. SIMILAR À MARCA POLENGHI. PERFEITO PARA QUEM TEM RESTRIÇÃO ALIMENTAR À LACTOSE. CREMOSO, LEVE E SUAVE. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: VALOR ENERGÉTICO 170 KCal = 714 KJ 9%; CARBOIDRATOS 0 G 0%; GLICOSE 0 G; GALACTOSE 0,2 G; LACTOSE 0 G; PROTEÍNAS 13 G 17%; GORDURAS TOTAIS 13 G 25%; GORDURAS SATURADAS 9,2 G 42%; GORDURAS TRANS 0,4 G; FIBRA ALIMENTAR 0 G 0%; SÓDIO 835 MG 35%; CÁLCIO 804MG. 63%; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL REFERENTE A UMA PORÇÃO DE 100 G. *% VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 KCal OU 8400 KJ. INGREDIENTES: QUEIJSOS PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE (LEITE PASTEURIZADO SEMIDESNATADO, CLORETO DE SÓDIO (SAL), CLORETO DE CÁLCIO, ENZIMA LACTASE, COAGULANTE E FERMENTO LÁCTICO), ÁGUA, MANTEIGA, CLORETO DE SÓDIO (SAL), ESTABILIZANTES POLIFOSFATO DE SÓDIO, CITRATO DE SÓDIO, PIROFOSFATO TETRASSÓDICO, TRIPOLIFOSFATO DE POTÁSSIO, PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO E PIROFOSFATO TETRAPOTÁSSICO, REGULADOR DE ACIDEZ ÁCIDO CÍTRICO E CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO. CONTEM DERIVADOS DE LEITE E SOJA. PODE CONTER OVO. NÃO CONTEM GLÚTEN. | UND | 13320 | 449298 | 1 | 13320 | R\$ 6,18  | R\$ 82.317,60  |
| 72 | IDEM AO ITEM 71 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | UND | 3330  | 449298 | 1 | 3330  | R\$ 6,18  | R\$ 20.579,40  |
| 73 | QUEIJO PROVOLONE. SIMILAR À MARCA TIROLEZ. QUEIJO TIPO PROVOLONE CURADO DEFUMADO. FRACIONADO. ALTO TEOR DE CÁLCIO. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS: SÓDIO 330MG 14*; GORDURAS SATURADAS 4G 18*; CARBOIDRATOS 0G 0*; PROTEÍNAS 8G 11*; GORDURA TRANS 0G; FIBRA ALIMENTAR 0G 0*; GORDURAS TOTAIS 6G 11*. VALOR CALÓRICO 90KCAL 4*. (*%VALORES DIÁRIOS DE REFERÊNCIA COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 CALORIAS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | KG  | 1688  | 446680 | 1 | 1688  | R\$ 83,91 | R\$ 141.640,08 |
| 74 | IDEM AO ITEM 73 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | KG  | 562   | 446680 | 1 | 562   | R\$ 83,91 | R\$ 47.157,42  |
| 75 | QUEIJO TIPO RICOTTA. INGREDIENTES: SORO FRESCO, LEITE PASTEURIZADO DESNATADO E ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO E SORBATO DE POTÁSSIO. NÃO CONTEM GLÚTEN. SIMILAR À MARCA TIROLEZ. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS PORÇÃO DE 30G: SÓDIO 25MG 1*; GORDURAS SATURADAS 2G 10*; CARBOIDRATOS 0G 0*; GORDURAS TRANS 0G; PROTEÍNAS 4G 5*; VALOR ENERGÉTICO 52 KCal 3*; FIBRA ALIMENTAR 0G 0*; GORDURAS TOTAIS 4G 7*; (*%VALORES DIÁRIOS DE REFERÊNCIA COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 CALORIAS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | KG  | 4050  | 446654 | 1 | 4050  | R\$ 30,64 | R\$ 124.092,00 |
| 76 | IDEM AO ITEM 75 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | KG  | 1350  | 446654 | 1 | 1350  | R\$ 30,64 | R\$ 41.364,00  |
| 77 | REQUEIJÃO CREMOSO EMBALAGEM C/ 200 G (PRIMEIRA LINHA). INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS 1 COLHER DE SOPA (30 G): ENERGIA 368 KJ 88 KCal; CARBOIDRATOS 1,00G 5%; PROTEÍNAS 3,10G 14%; GORDURAS 8,00G 81%; GORDURA SATURADA 5,400G; GORDURA TRANS 0G; COLESTEROL 0MG; FIBRAS 0,0G; SÓDIO 136MG; BASEADO EM UM IDR DE 2000 CALORIAS. SIMILAR À MARCA CRIOLLO.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | UND | 11250 | 405351 | 1 | 11250 | R\$ 9,85  | R\$ 110.812,50 |
| 78 | IDEM AO ITEM 77 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | UND | 3750  | 405351 | 1 | 3750  | R\$ 9,85  | R\$ 36.937,50  |
| 79 | REQUEIJÃO CREMOSO SACHÊ 18 G. SIMILAR AO REQUEIJÃO CREMOSO BUSTER DANUBIO 18G FABRICADO PELA VIGOR. SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO E CONSISTÊNCIA CREMOSA ÚNICA DO MERCADO. PRODUTO REFRIGERADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL. PRODUZIDO COM LEITE PASTEURIZADO ATRAVÉS DE AVANÇADA TECNOLOGIA DE ULTRAFILTRAÇÃO, QUE EVITA O DESSORAMENTO COMUM NO QUEIJO. IDEAL PARA CAFÉS DA MANHÃ, COFFEE BREAKS, LANCHES, COQUEET E SERVIÇOS DE BORDO. PASSA PELO PROCESSO DE ULTRAFILTRAÇÃO, GARANTINDO A CONSISTÊNCIA CREMOSA IDEAL PARA PASSAR NO PÃO, NA BOLACHA, NO BOLO OU FAZER RECEITAS. INGREDIENTES: LEITE, CREME DE LEITE, MANTEIGA, CLORETO DE SÓDIO (SAL), FERMENTO LÁCTICO E ESTABILIZANTES PIROFOSFATO DE SÓDIO, POLIFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO TRISSÓDICO. NÃO CONTEM GLÚTEN.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | UND | 40500 | 405351 | 1 | 40500 | R\$ 1,99  | R\$ 80.595,00  |
| 80 | IDEM AO ITEM 79 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | UND | 13500 | 405351 | 1 | 13500 | R\$ 1,99  | R\$ 26.865,00  |
| 81 | REQUEIJÃO LIGHT EMBALAGEM C/ 200 G (PRIMEIRA LINHA). INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS 1 COLHER DE SOPA (30 G) POR PORÇÃO. VALOR ENERGÉTICO 247 KJ 59 KCal; CARBOIDRATOS 1,20G 8%; AÇÚCAR 0,00G; PROTEÍNAS 3,50G 24%; GORDURAS 4,50G 68%; GORDURA SATURADA 3,200G; GORDURA TRANS 0G; GORDURA MONOINSATURADA 0G; GORDURA POLIINSATURADA 0G; COLESTEROL 0MG; FIBRAS 0,0G; SÓDIO 131MG; POTÁSSIO 0MG; BASEADO EM UM IDR DE 2000 CALORIAS. SIMILAR À MARCA CRIOLLO.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | UND | 8100  | 258023 | 1 | 8100  | R\$ 11,14 | R\$ 90.234,00  |
| 82 | IDEM AO ITEM 81 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | UND | 2700  | 258023 | 1 | 2700  | R\$ 11,14 | R\$ 30.078,00  |
| 83 | SALSICHA DE CARNE DE FRANGO CONGELADA. CARNES 100% SELECIONADAS. CORANTES NATURAIS. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS PORÇÃO 50G (1 UNIDADE) VALOR ENERGÉTICO 99KCal 4%; CARBOIDRATOS 1,2G; PROTEÍNAS 6,8G 9%; GORDURAS TOTAIS 7,4G 13%; GORDURAS SATURADAS 2,6G 12%; GORDURAS TRANS 0G; GORDURAS MONOINSATURADAS 2G; GORDURAS POLIINSATURADAS 0,8G; COLESTEROL 24MG; FIBRA ALIMENTAR 0G; SÓDIO 375MG 16%. VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 KCal OU 8.400 KJ. ** VÔ NÃO ESTABELECIDO. PODE CONTER TRAÇOS DE SOJA. SIMILAR À MARCA SADIÁ.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | KG  | 9000  | 448524 | 1 | 9000  | R\$ 15,02 | R\$ 135.180,00 |
| 84 | IDEM AO ITEM 83 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | KG  | 3000  | 448524 | 1 | 3000  | R\$ 15,02 | R\$ 45.060,00  |
| 85 | SALSICHA DE CARNE SUÍNA CONGELADA. INGREDIENTES: CARNE SUÍNA, ÁGUA (16,86%), GORDURA SUÍNA, SAL, AÇÚCAR, PIMENTA BRANCA, CEBOLA, NOZ-MOSCADA, PÁPRICA, REGULADOR DE ACIDEZ: LACTATO DE SÓDIO, ESTABILIZANTES: TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, AROMATIZANTE: AROMA NATURAL DE FUMAÇA, ANTI-OXIDANTE: ISOSCROBATO DE SÓDIO** E CONSERVADOR: NITRITO DE SÓDIO. ALÉRGICOS: PODE CONTER SOJA E LEITE. NÃO CONTEM GLÚTEN. PORÇÃO: 100G (I) VALOR ENERGÉTICO: 155 KCal = 651 KJ; % 8 CARBOIDRATOS (G): 0,7; 1,1 PROTEÍNAS(G): 9,8; 16 GORDURAS TOTAIS (G): 13; 21 GORDURAS SATURADAS (G): 5,1; 8,5 GORDURAS TRANS (G): 0; (**) FIBRA ALIMENTAR (G): 0; 0 SÓDIO (MG): 686; 1.143 *SEUS VALORES DIÁRIOS PODEM SER MAIORES OU MENORES, DEPENDENDO DE SUAS NECESSIDADES ENERGÉTICAS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | KG  | 9000  | 447720 | 1 | 9000  | R\$ 13,60 | R\$ 122.400,00 |
| 86 | IDEM AO ITEM 85 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | KG  | 3000  | 447720 | 1 | 3000  | R\$ 13,60 | R\$ 40.800,00  |
| 87 | SALSICHA TIPO HOT-DOG CONGELADA. CARNES 100% SELECIONADAS. CORANTES NATURAIS. INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS PORÇÃO 50G (1 UNIDADE): VALOR ENERGÉTICO 110KCal 6%; CARBOIDRATOS 1,5G 0%; PROTEÍNAS 6,8G 9%; GORDURAS TOTAIS 8,5G 15%; GORDURAS SATURADAS 3G 14%; GORDURAS TRANS 0G; FIBRA ALIMENTAR 0G; SÓDIO 399MG 17%. VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 KCal OU 8.400 KJ. ** VÔ NÃO ESTABELECIDO. SIMILAR À MARCA SADIÁ.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | KG  | 9000  | 447720 | 1 | 9000  | R\$ 13,79 | R\$ 124.110,00 |
| 88 | IDEM AO ITEM 87 – EXCLUSIVO ME/EPP                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | KG  | 3000  | 447720 | 1 | 3000  | R\$ 13,79 | R\$ 41.370,00  |
| 89 | TENDER RESFRIADO SEM OVO DEFUMAÇÃO NATURAL, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS PORÇÃO 40G: VALOR ENERGÉTICO 48KCal 2%; CARBOIDRATOS 0; PROTEÍNAS 8,8G 12%; GORDURAS TOTAIS 1,2G 2%; GORDURAS SATURADAS 0,3G 1%; GORDURA TRANS 0G; FIBRA ALIMENTAR 0G; SÓDIO 464MG 19%; VALORES DIÁRIOS COM BASE EM UMA DIETA DE 2.000 KCal OU 8.400 KJ. **VÔ NÃO ESTABELECIDO. *** CONTEM GLÚTEN; PODE CONTER SOJA, LEITE, TRIGO, CEBADA, AVEIA, MALTE E CENTEIO. SIMILAR À MARCA SADIÁ.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | KG  | 450   | 449094 | 1 | 450   | R\$ 57,11 | R\$ 25.699,50  |

R\$ 12.725.909,40



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | 5. Apêndice                                                                                                                       |
| Data/Hora de Criação:         | 19/12/2025 12:01:59                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 3                                                                                                                                 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 4                                                                                                                                 |
| Hash MD5:                     | f70dbb8815e94d03c0cdfc9551416d68                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LEONARDO DE SÁ GARCIA no dia 19/12/2025 às 09:13:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 14/01/2026 às 12:35:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel TELMO DE ALMEIDA TOSCANO no dia 15/01/2026 às 09:14:54 no horário oficial de Brasília.

## GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO

## Estudo Técnico Preliminar 149/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

Aquisição de gêneros alimentícios do grupo de laticínios e embutidos, destinados ao preparo de refeições, lanches operacionais e lanches de bordo, compreendendo produtos como leite e derivados (leite fluido, leite em pó, manteiga, margarina, requeijão, queijos diversos, creme de leite e correlatos) e produtos cárneos processados (presunto, apresuntado, mortadela, salsicha, linguiça tipo calabresa e similares), em embalagens e padrões próprios para uso institucional (food service), com fornecimento parcelado, para atender às necessidades do Grupamento de Apoio do Galeão e das Organizações Militares apoiadas na Guarnição do Galeão.

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo, manuseio, acondicionamento e distribuição das refeições servidas diariamente nos refeitórios e copas sob responsabilidade da Central de Subsistência. A demanda contempla itens essenciais para a adequada composição dos cardápios institucionais, assegurando variedade nutricional, qualidade dos insumos e regularidade no atendimento aos comensais.

A necessidade decorre, principalmente, da reposição de estoques, do atendimento às rotinas de consumo das organizações apoiadas e da substituição de itens cujos níveis se encontram insuficientes para manter a continuidade dos serviços. Além disso, parte da demanda visa acompanhar a mudança do efetivo atendido, garantindo que o fornecimento de refeições permaneça adequado aos padrões de segurança alimentar e às exigências operacionais.

Dessa forma, a aquisição dos gêneros alimentícios busca assegurar a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços de alimentação prestados pela Administração, em estrita observância aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo prevista a renovação de quantidades com a renovação do prazo de vigência.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante     | Responsável       |
|-----------------------|-------------------|
| Seção de Subsistência | 2º Ten Int Garcia |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

## Requisitos Técnicos

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão apresentar **qualidade compatível com o consumo institucional**, observando critérios de frescor, integridade das embalagens, regularidade de padronização e atendimento às especificações constantes do edital. Todos os produtos deverão estar **dentro do prazo de validade**, devidamente rotulados conforme normas da ANVISA e legislação vigente, contendo informações obrigatórias como data de fabricação, lote, prazo de validade, composição, alergênicos e condições de armazenamento.

Os alimentos deverão atender aos **padrões sanitários e de segurança alimentar** aplicáveis, incluindo requisitos referentes ao controle de contaminantes, boas práticas de fabricação e manipulação, bem como eventuais certificações de qualidade reconhecidas, quando pertinentes ao tipo de produto (ex.: SIF/SISBI para produtos de origem animal; registro no MAPA ou ANVISA, conforme o caso).

No que diz respeito ao acondicionamento, os gêneros alimentícios deverão ser fornecidos em **embalagens íntegras, herméticas e adequadas à preservação das características físico-químicas do produto**, resistentes ao transporte e ao manuseio rotineiro nos refeitórios e copas. Itens perecíveis deverão ser entregues em condições de temperatura controlada, conforme determinações das normas de vigilância sanitária, garantindo que a cadeia de frio não seja interrompida.

Ademais, **não serão aceitos produtos com sinais de avaria**, deformações, odores estranhos, umidade inadequada, infestação, violação de embalagem ou qualquer aspecto que comprometa sua qualidade ou segurança. Produtos que representem risco aos consumidores serão automaticamente rejeitados, assegurando a integridade das refeições servidas e o atendimento às exigências de segurança alimentar previstas na legislação brasileira.

### **Sustentabilidade:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Para todos os itens relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Na presente contratação será admitida a indicação de marcas apenas para fins de explicitação de característica ou modelo, de acordo com as seguintes alegações:

as marcas indicadas no mapa de demanda têm caráter exclusivamente referencial, servindo para orientar quanto ao padrão de desempenho e às características esperadas dos produtos a serem contratados. Tal prática encontra respaldo na alínea “d” do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, que autoriza a indicação de marcas ou modelos quando essa referência contribuir para uma melhor compreensão do objeto, desde que formalmente justificada.

Ressalta-se que a indicação de marca e/ou modelo de referência mostra-se necessária para permitir que a Administração almeje a aquisição de materiais efetivamente compatíveis com suas necessidades operacionais. Considerando tratar-se de ambiente de cozinha industrial, caracterizado por elevada carga de trabalho, uso contínuo dos equipamentos e exigência de alto desempenho, as marcas mencionadas figuram como referência no mercado profissional de food service, notadamente quanto aos critérios de qualidade, durabilidade e capacidade produtiva.

As marcas indicadas foram adotadas exclusivamente como parâmetro técnico, em razão de sua reconhecida atuação no mercado e do desempenho comprovado em cozinhas profissionais, servindo como balizadores para a adequada definição do objeto. Tal indicação possui caráter meramente orientativo e não configura exigência ou restrição à competitividade, sendo plenamente admitida a participação de produtos de outras marcas, desde que apresentem desempenho, características técnicas e nível de qualidade equivalentes ou superiores às referências estabelecidas.

### **Da exigência de amostra**

A exigência de apresentação de amostras dos itens licitados constitui medida técnica necessária e proporcional, voltada a assegurar que os gêneros alimentícios ofertados atendam integralmente às especificações de qualidade, segurança sanitária e adequação nutricional requeridas para o serviço de alimentação executado pelo Grupamento de Apoio do Galeão.

Considerando que o objeto envolve laticínios e embutidos, produtos de natureza perecível e sensíveis a variações de composição, processamento, armazenamento e transporte, a simples análise documental ou descrição técnica do fornecedor não é suficiente para garantir que o produto entregue apresentará desempenho compatível com as necessidades operacionais dos ranchos militares.

A avaliação de amostras permite verificar, de forma prática e objetiva, aspectos que não podem ser plenamente aferidos por meio de catálogos ou fichas técnicas, tais como:



Qualidade sensorial, incluindo aparência, cor, odor, sabor e textura, fatores que influenciam diretamente na aceitabilidade das preparações pelo efetivo atendido;

Condições de rotulagem e informações obrigatórias, essenciais para o controle de validade, rastreabilidade, composição nutricional e conformidade com normas sanitárias;

Segurança alimentar, observando integridade das embalagens, indícios de deterioração, contaminação ou não conformidades com boas práticas de fabricação;

Adequação ao uso institucional (food service), especialmente quanto ao rendimento, padronização, comportamento do produto durante o preparo em larga escala e compatibilidade com as rotinas produtivas das cozinhas industriais;

Conformidade físico-química e ausência de contaminantes aparentes, quando aplicável à análise técnica preliminar.

Ressalta-se que os gêneros alimentícios adquiridos serão utilizados na produção diária de grande volume de refeições, inclusive para públicos sensíveis, como pacientes hospitalares, o que eleva o nível de responsabilidade da Administração quanto à qualidade e segurança dos produtos fornecidos. Nesse contexto, a exigência de amostras atua como mecanismo de mitigação de riscos sanitários, operacionais e nutricionais.

A medida também preserva o princípio do julgamento objetivo, uma vez que as amostras serão avaliadas conforme critérios previamente definidos nas Fichas de Análise anexas ao Termo de Referência, com divulgação transparente dos resultados no sistema, assegurando tratamento isonômico a todos os licitantes.

Assim, a exigência de amostras não possui caráter restritivo, mas sim técnico e preventivo, visando garantir que os produtos efetivamente fornecidos apresentem padrão de qualidade compatível com a finalidade pública do serviço de alimentação militar, protegendo a saúde dos usuários, a regularidade do serviço e a eficiência da aplicação dos recursos públicos.

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Poderão ser exigidas amostras referentes a todos os itens deste processo.

As amostras poderão ser entregues no endereço BASE AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-005, no prazo limite do dia seguinte ao dia de solicitação do pregoeiro, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo, mediante aprovação do pregoeiro.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

As avaliações serão realizadas conforme as Fichas de Análise de amostras que se encontram em anexo deste Termo de Referência.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

**Rotulagem e informações obrigatórias:** Verificar se a embalagem do item alimentício contém as informações obrigatórias, como nome do produto, lista de ingredientes, data de validade, instruções de armazenamento e preparo, e informações nutricionais. Essas informações são importantes para os consumidores fazerem escolhas informadas;

**Qualidade sensorial:** Avaliar os aspectos sensoriais do produto, incluindo aparência, cor, odor, sabor e textura. Esses atributos podem variar de acordo com o tipo de alimento e suas características específicas. A análise sensorial pode ser realizada por nutricionistas com conhecimento técnico acerca do assunto ou por um painel de consumidores para determinar se a amostra está dentro dos padrões de aceitabilidade em relação aos atributos sensoriais

**Segurança alimentar:** Verificar se o item alimentício atende aos requisitos de segurança alimentar. Isso inclui avaliar se o produto foi produzido em conformidade com as boas práticas de fabricação, se possui certificações de

qualidade, se a embalagem está intacta e se não há sinais de contaminação, deterioração ou presença de agentes patogênicos.

**Análise físico-química:** Realizar análises para determinar os aspectos físicos e químicos do item alimentício. Isso pode incluir a análise de pH, umidade, teor de gordura, teor de açúcares, acidez, concentração de vitaminas, minerais e outros componentes químicos importantes. Essas análises ajudam a verificar se o produto está de acordo com as especificações e padrões estabelecidos para aquele tipo de alimento.

**Análise de contaminantes:** Realizar observação detalhada do item para identificar a presença de contaminantes químicos, como resíduos de agrotóxicos, metais pesados, micotoxinas, adulterantes e outros elementos indesejáveis. Essas análises são importantes para garantir a segurança do produto e a conformidade com os limites regulatórios estabelecidos.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Após a divulgação do resultado do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Uma vez notificado, o licitante realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar produto equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos produtos.

O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração, devendo ser avaliada de acordo com o risco da contratação e as características do objeto. No presente caso, o objeto alvo deste ETP, é caracterizada como de baixa complexidade, com valor reduzido e obrigações de execução simples e imediata, não envolvendo prestação continuada, manutenção técnica, nem fornecimento em parcelas. Ademais, o objeto será entregue de forma única, integral e imediata, não gerando obrigações futuras ou riscos operacionais prolongados para a Administração. Diante disso, conclui-se que o risco de inadimplemento por parte do contratado é baixo ou irrisório, inexistindo elementos que justifiquem a imposição de garantia. Assim, opta-se fundamentadamente pela não exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133 /2021, considerando a natureza do objeto, o risco envolvido e o princípio da proporcionalidade.

### **Manifestação acerca da participação de pessoas físicas**

Em atendimento ao disposto na IN SEGES/ME nº 116/2021, procedeu-se à análise quanto à possibilidade de participação de pessoas físicas na presente contratação.

Verificou-se que o objeto consiste no fornecimento contínuo e parcelado de gêneros alimentícios dos grupos de laticínios e embutidos, destinados à produção de refeições em larga escala no âmbito do Grupamento de Apoio do Galeão. A execução do objeto exige:

- estrutura logística compatível com fornecimento regular e fracionado;
- capacidade de armazenamento e transporte em condições adequadas de conservação, especialmente cadeia de frio;
- regularidade sanitária do estabelecimento produtor e/ou distribuidor;
- atendimento a exigências de inspeção e controle oficial de produtos de origem animal;
- capacidade de substituição rápida de lotes em caso de não conformidade.

Tais requisitos pressupõem a existência de organização empresarial com estrutura operacional mínima, instalações adequadas, equipamentos específicos e sistema de controle sanitário compatíveis com o fornecimento institucional de alimentos perecíveis em grande volume.

Dessa forma, conclui-se que as condições necessárias à execução do objeto mostram-se incompatíveis com a natureza profissional de pessoa física, nos termos do parágrafo único do art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021. Assim, a participação de pessoas físicas não se revela viável para a presente contratação, por ausência de aderência técnica e operacional ao objeto pretendido.

## **5. Levantamento de Mercado**

Foram avaliados três possíveis cenários para atendimento da demanda:

### **a) Contratação de empresa fornecedora de refeições prontas**

Esta metodologia foi descartada pela baixa autonomia gerada, desperdício de mão de obra qualificada disponível no rancho e alto custo envolvido. A terceirização do preparo comprometeria a rotina e a doutrina militar.

### **b) Compra de alimentos processados/prontos para consumo**

Essa opção foi rejeitada por priorizar alimentos mais industrializados, com menor valor nutricional, o que impactaria negativamente na saúde dos comensais — militares de diversas faixas etárias — além de reduzir a qualidade das refeições servidas.

### **c) Compra dos gêneros alimentícios separadamente**

Esta foi a metodologia escolhida. A aquisição separada dos itens permitirá que os próprios militares, já capacitados e lotados na cozinha do GAP-GL, realizem as preparações necessárias, otimizando recursos humanos existentes e gerando maior controle sobre o preparo, qualidade e conservação dos alimentos, promovendo maior eficiência e economicidade à Administração Pública.

### **Soluções de Mercado Avaliadas**

Em levantamento prévio, verificou-se que **não há IRPs vigentes** que atendam às particularidades e necessidades desta OM. Assim, torna-se necessária a realização de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento por **menor preço unitário**, utilizando-se preferencialmente o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

A adoção do SRP justifica-se pela possibilidade de contratações futuras com maior agilidade, economia de escala e previsibilidade da demanda, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 11.462/2023**.

#### **Justificativa da Escolha da Solução**

A aquisição dos gêneros alimentícios de forma separada permite maior controle da qualidade nutricional, otimização de recursos humanos já disponíveis, menor custo final e adequação à rotina militar, promovendo a alimentação saudável e segura da tropa. A contratação atende ao interesse público, observando os princípios constitucionais e legais aplicáveis.

#### **Impacto Orçamentário**

A previsão orçamentária está contemplada no processo, com indicação futura da fonte de recursos. A contratação respeitará os limites legais e orçamentários em vigor.

#### **Riscos Associados e Medidas de Mitigação**

- **Risco:** Desabastecimento temporário por atraso no procedimento licitatório.  
**Mitigação:** Início tempestivo do processo e adoção de SRP para garantir continuidade do fornecimento.
- **Risco:** Fornecimento de itens em desconformidade com as especificações.  
**Mitigação:** Inclusão de especificações técnicas claras e exigência de amostras quando aplicável.

## **6. Descrição da solução como um todo**

O objeto discriminado no processo em pauta é necessário, pois visa atender a aquisição de gêneros alimentícios, para o GAP-GL e suas Unidades Apoiadas, conforme descrições contidas no Edital de licitação e seus Anexos.

A aquisição em tela faz-se mister tendo em vista a necessidade desta Administração na manutenção da Atividade essencial de alimentação à tropa.

Os materiais elencados neste processo atenderão às necessidades das Unidades elencadas abaixo, todas apoiadas por este Grupamento de Apoio do Galeão, sendo as seguintes:

- PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DO RIO DE JANEIRO: Estrada do Galeão, nº4700 - Ilha do Governador - CEP 21941-352 - Rio de Janeiro;
- BASE AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, s/nº, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-005;
- HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO: Estrada do Galeão, 4101, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353;
- CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL: Estrada do Galeão, 3737, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353;
- CASA GERONTOLÓGICA DE AERONÁUTICA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES: Rua Major Aviador Carlos Biavati, s/n – Praça do Avião, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, 21941-330.

Em atenção ao disposto no inciso I, II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o sistema de registro de preços será adotado tendo em vista o caráter parcelado e a impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser contratado, o que acarreta a utilização desse sistema que otimiza os créditos disponibilizados durante o ano fiscal para este Órgão.

Isto posto, o Grupamento de Apoio do Galeão analisou os militares arranchados nas OMs da Guarnição Galeão O rancho do Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG) possui aproximadamente 950 arranchados; Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL) possui aproximadamente 180 arranchados; Casa Gerontologia de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG) possui aproximadamente 150 arranchados; Parque de Material Bélico do Rio de Janeiro (PAMB) possui aproximadamente 500 arranchados e a Base Aérea do Galeão (BAGL) possui aproximadamente 4720 arranchados, totalizando 05 ranchos e 6.500 militares.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade de gêneros alimentícios a ser adquirida foi elaborada com base em critérios técnicos e operacionais, com o objetivo de assegurar o abastecimento regular dos refeitórios e copas sob responsabilidade da Central de Subsistência, atendendo à demanda prevista para o período de vigência do processo de aquisição. Para isso, foram considerados os seguintes aspectos:

1. **Histórico de Consumo:** Foram analisados os registros de consumo dos gêneros alimentícios nos últimos meses, levando-se em conta a média de refeições servidas por dia, a sazonalidade do cardápio e a rotatividade dos itens utilizados. Tal levantamento permitiu uma projeção mais precisa das quantidades realmente necessárias.
2. **Efetivo Atendido:** A estimativa considerou o número atual de comensais atendidos diariamente nos diversos refeitórios da Guarnição, bem como possíveis variações decorrentes de escalas de serviço, exercícios operacionais, cursos ou eventos institucionais previamente programados.
3. **Planejamento de Cardápio:** As quantidades foram calculadas com base no cardápio padronizado, respeitando os valores nutricionais recomendados e as porções médias por comensal, conforme diretrizes da Seção de Subsistência e normas técnicas de alimentação institucional.
4. **Periodicidade de Reposição:** Considerou-se o período estimado de vigência do processo licitatório, bem como os prazos para entrega e as condições logísticas locais, de modo a evitar a interrupção do fornecimento ou o acúmulo excessivo de produtos perecíveis.
5. **Margem Técnica de Segurança:** Foi adotada uma margem de segurança para itens de maior rotatividade ou considerados críticos, a fim de prevenir desabastecimentos decorrentes de variações inesperadas na demanda ou atrasos pontuais no processo de entrega.
6. **Validade e Condições de Armazenamento:** Também foram levadas em conta a vida útil dos produtos e a capacidade de armazenamento dos gêneros alimentícios, evitando perdas por vencimento e garantindo a conservação adequada dos itens adquiridos.

Dessa forma, a presente estimativa foi elaborada com base em dados concretos e alinhada às necessidades operacionais da Guarnição, garantindo a eficiência no uso dos recursos públicos e a continuidade da prestação do serviço de alimentação com qualidade e regularidade.

Em atenção à aplicação dos benefícios destinados às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), esta Administração esclarece que a definição das regras de participação foi realizada em estrita observância à legislação vigente que rege o tratamento favorecido às ME/EPP nas contratações públicas.

Dessa forma, foram aplicados dois institutos distintos, conforme previsto nas normas pertinentes:

### 1. Itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00:

Para esses casos, foi adotada a **exclusividade de participação para ME/EPP**, em conformidade com o limite legal estabelecido. Tais itens encontram-se identificados na planilha com a indicação “exclusividade ME/EPP”, inclusive quando descritos como “idem ao item XX – exclusividade ME/EPP”, deixando claro que se trata de item destinado exclusivamente a esse público.

### 2. Itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00:

Nesses casos, foi aplicada a **reserva de cota para ME/EPP**, fixada no percentual de **25%**, conforme previsto na legislação. Essa cota reservada encontra-se destacada na tabela de itens do Termo de Referência, correspondendo à fração do quantitativo total destinada à contratação com empresas enquadradas como ME/EPP.

Assim, resta esclarecido que:

- Os itens de menor valor seguem o regime de **exclusividade**;
- Os itens de maior valor seguem o regime de **cota reservada de 25%**;
- Ambos os institutos foram aplicados de forma distinta, correta e compatível com os limites legais.

A tabela de itens do Termo de Referência será ajustada apenas para explicitar de forma mais direta essa distinção terminológica (exclusividade x cota reservada), uma vez que a sistemática já se encontra materialmente observada no processo.

MEMÓRIA DE CÁLCULO E JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

O Grupamento de Apoio do Galeão (GAP-GL), Organização Militar responsável pelo apoio administrativo e logístico às Unidades sediadas na Guarnição do Galeão, executa múltiplas missões institucionais no âmbito do Comando da Aeronáutica, incluindo a gestão da subsistência, a nutrição hospitalar e o apoio à atividade aérea.

A complexidade dessas atribuições impõe a produção contínua e ininterrupta de elevado volume de refeições, exigindo planejamento fundamentado em dados reais de consumo e na experiência operacional acumulada, não sendo tecnicamente adequado utilizar apenas projeções teóricas ou modelos fixos de cardápio anual.

#### 1. Base documental utilizada

A estimativa de quantitativos foi construída com base em:

Registros de consumo efetivo do exercício anterior;

Mapas de distribuição de gêneros aos ranchos apoiados;

Número médio de militares arranchados por Unidade;

Frequência de utilização dos itens nos cardápios elaborados pela equipe de Nutrição.

Esses documentos integram os anexos do processo e constituem o suporte técnico primário da estimativa.

#### 2. Metodologia de cálculo

A definição dos quantitativos observou a seguinte sequência lógica:

a) Levantamento do consumo real anual por item  
Com base nas saídas registradas no exercício anterior.

b) Apuração do consumo médio mensal

$\text{Consumo anual real} \div 12 \text{ meses}$

c) Projeção anual

$\text{Consumo médio mensal} \times 12 \text{ meses de fornecimento}$

d) Ajustes técnicos

Foram considerados:

Variação do efetivo médio atendido;

Manutenção de cinco ranchos ativos;

Oscilações sazonais de demanda.

#### 3. Justificativa das quantidades padronizadas

Os quantitativos apresentados em valores inteiros e padronizados (ex.: 4.500, 1.500, 2.500) decorrem de:

Arredondamento técnico para múltiplos compatíveis com embalagens comerciais;

Viabilidade logística de fracionamento das entregas;

Compatibilização entre ampla concorrência e cota reservada para ME/EPP.

Tal padronização é prática administrativa usual e não descaracteriza a base técnica do cálculo.

#### 4. Margem de segurança

Foi incluída margem técnica de segurança para:

Oscilações imprevisíveis de efetivo;

Missões operacionais e apoios extraordinários;

Variações de rendimento entre marcas fornecidas;

Prevenção de desabastecimento de gêneros perecíveis.

Essa margem visa garantir a continuidade do serviço essencial de alimentação.

#### 5. Demanda reprimida

Os quantitativos também consideram a existência de demanda reprimida, decorrente de períodos sem Ata de Registro de Preços vigente para determinados itens. Nesses intervalos, houve necessidade de substituições ou ajustes emergenciais de cardápio, o que impediu o consumo regular de alguns gêneros.

Assim, parte da necessidade real não se encontra plenamente refletida nos registros históricos, exigindo recomposição técnica dos volumes estimados.

#### 6. Variabilidade operacional

A alimentação militar possui natureza dinâmica, influenciada por:

Escalas operacionais variáveis;

Apoio à atividade aérea;

Nutrição hospitalar;

Cursos, reforços e eventos institucionais;

Sazonalidade dos alimentos.

Por esse motivo, não é tecnicamente viável fixar cardápio anual imutável. Os cardápios servem como referência de planejamento, e os quantitativos derivam da execução real do serviço.

#### 7. Ausência de ônus pelo quantitativo estimado

O procedimento adotado é o Sistema de Registro de Preços, no qual os quantitativos funcionam como teto estimativo. A Administração não fica obrigada a contratar a totalidade registrada, mas apenas o necessário durante a vigência da Ata.

Dessa forma, a previsão de quantitativos superiores ao consumo médio estrito não gera ônus indevido, apenas assegura capacidade de resposta a variações de demanda.

#### 8. Conclusão

Os quantitativos estimados:

derivam de consumo histórico comprovado  
seguem metodologia de cálculo objetiva  
possuem suporte documental  
incluem margem de segurança justificada  
consideram demanda reprimida  
contemplam a variabilidade operacional  
não geram obrigação de contratação integral

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 12.705.909,40

O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de acordo com os valores expostos no item seguinte, conforme custos unitários apostos na **em anexo**.

Laticínios e Embutidos – R\$ 12.725.909,40 (Doze Milhões e Setecentos e Vinte e Cinco Mil e Novecentos e Nove Reais e Quarenta Centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto da licitação visa ampliar a competitividade, permitir a ampla participação de licitantes especializados e assegurar a economicidade para a Administração Pública.

Neste sentido, após a análise técnica da demanda e das características do objeto a ser contratado, constatou-se a viabilidade e a conveniência de realizar o parcelamento da solução em itens distintos, de modo a possibilitar que empresas com especialização ou estrutura voltada a partes específicas do objeto possam participar do certame, ainda que não detenham condições de fornecer a totalidade da contratação.

O agrupamento indevido de objetos distintos poderia resultar em restrição à competitividade, pois exigiria dos potenciais fornecedores uma estrutura mais ampla e diversificada, afastando microempresas, empresas de pequeno porte ou fornecedores especializados.

Ademais, a divisão do objeto em itens facilita a comparação de propostas mais vantajosas por item, permitindo à Administração Pública selecionar as ofertas mais econômicas e adequadas a cada necessidade específica, o que está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, optou-se pela estruturação da licitação em itens, conforme detalhado no Termo de Referência, garantindo que cada um represente um subconjunto autônomo e funcionalmente independente do objeto global da contratação.

No caso concreto, o objeto da contratação refere-se à **aquisição de gêneros alimentícios dos grupos de laticínios e embutidos**, destinados ao preparo de refeições, lanches operacionais e lanches de bordo no âmbito do Grupamento de Apoio do Galeão.

A análise técnica demonstrou que esses produtos possuem **características produtivas, logísticas e mercadológicas distintas**, o que torna recomendável seu parcelamento em itens autônomos. Exemplificativamente:

- **Laticínios** (leite, queijos, manteiga, requeijão, creme de leite, etc.) são, em grande parte, produzidos e distribuídos por indústrias e laticínios especializados, com cadeia de frio específica, prazos de validade diferenciados e exigências próprias de transporte e armazenamento;
- **Embutidos** (presunto, apressuntado, mortadela, salsicha, linguiça e similares) são oriundos de estabelecimentos de processamento cárneo, submetidos a normas sanitárias específicas e logística distinta, muitas vezes fornecidos por empresas que não atuam no segmento de laticínios.

Dessa forma, a manutenção do objeto em um único bloco poderia restringir a competitividade, ao exigir que o fornecedor dominasse simultaneamente cadeias produtivas diversas, afastando empresas que atuam apenas em um dos segmentos. Tal cenário reduziria a participação de licitantes, especialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores regionais especializados.

Além disso, os itens apresentam **consumos, frequências de entrega e formas de acondicionamento distintos**, o que reforça sua independência funcional. A separação por item permite:

- ajustes de fornecimento conforme a rotatividade específica de cada produto;
- melhor controle de qualidade por tipo de gênero;
- maior flexibilidade logística no recebimento e armazenamento;
- comparação objetiva de preços por categoria de produto.

Conclui-se, portanto, que o parcelamento adotado não é meramente formal, mas decorre das **características técnicas, sanitárias, logísticas e mercadológicas próprias dos laticínios e embutidos**, sendo medida necessária para ampliar a competitividade, favorecer a participação de fornecedores especializados e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para cada grupo de produtos.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a presente contratação, há correlação com o processo em curso referente à Agricultura Familiar, que tem por objetivo alcançar a aplicação mínima de **30% do orçamento destinado à aquisição de gêneros alimentícios** em itens provenientes desse tipo de produção, conforme preceitua a legislação vigente.

O GAP-GL não atingiu a execução desse percentual no exercício anterior devido à ausência de interesse dos licitantes no certame então realizado. Com vistas a atender a essa exigência, já se encontra em andamento o procedimento licitatório relativo ao exercício de 2025, registrado sob o **subprocesso nº 109529**, vinculado ao **PAG nº 67107.004733/2025-62**.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Concepção do processo de aquisição, onde foram padronizados os meios para oficializar e mensurar os itens e quantidades do objeto licitatório em tela a ser requisitado pelas organizações militares envolvidas conformes as atas de reunião juntadas ao presente processo administrativo.

Declaro, ainda, que não há criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, e que há adequação orçamentária à LOA, LDO e Plano Plurianual, prevista no art. 16, Inc. II da LC 101/2000.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Resultarão da contratação os benefícios diretos e indiretos listados:

A contratação dos gêneros alimentícios ora pretendidos proporcionará benefícios diretos e indiretos, alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e adequado aproveitamento dos recursos públicos, conforme descrito a seguir:

- a) **Melhor aproveitamento dos recursos humanos:** A disponibilidade regular de gêneros alimentícios adequados reduz a necessidade de improvisações, substituições emergenciais e retrabalho na cozinha industrial, permitindo que o efetivo militar empregado na subsistência atue de forma mais produtiva, com maior fluidez nos processos de preparo e distribuição das refeições.
- b) **Otimização dos recursos materiais:** O fornecimento planejado e compatível com os cardápios institucionais evita desperdícios, perdas por vencimento, compras emergenciais a preços superiores e uso inadequado de insumos substitutos de menor rendimento, contribuindo para maior eficiência no uso dos estoques e da infraestrutura de armazenamento.
- c) **Economicidade nas aquisições:** A realização de processo licitatório estruturado, com fornecimento parcelado e planejamento baseado em consumo histórico, permite à Administração obter melhores condições comerciais, reduzir compras de urgência e assegurar maior previsibilidade orçamentária, promovendo a utilização racional dos recursos financeiros disponíveis.
- d) **Planejamento alimentar mais eficiente:** A regularidade no fornecimento dos gêneros possibilita a execução dos cardápios planejados pela equipe de Nutrição, evitando alterações frequentes por indisponibilidade de insumos, o que melhora o balanceamento nutricional das refeições sem aumento de custos operacionais.
- e) **Redução de impactos operacionais nas Unidades apoiadas:** A continuidade do serviço de alimentação evita a necessidade de soluções alternativas mais onerosas, como fornecimento externo de refeições ou deslocamentos de pessoal, preservando os recursos logísticos e financeiros das Organizações Militares atendidas.
- f) **Manutenção da qualidade do serviço com racionalização de custos:** A utilização de insumos adequados e padronizados melhora o rendimento das preparações, reduz perdas no preparo e contribui para a oferta de refeições de melhor qualidade sem incremento proporcional de despesas.
- g) **Cumprimento eficiente da missão institucional:** Ao garantir a alimentação regular da tropa com planejamento adequado, a contratação contribui para que o Grupamento de Apoio do Galeão execute sua missão de apoio às Unidades da Guarnição do Galeão de forma contínua, eficiente e com uso responsável dos recursos públicos.

## 13. Providências a serem Adotadas

A aquisição dos itens solicitados não acarretará impactos estruturais ou ambientais nas instalações da Organização Militar, uma vez que se trata de bens de consumo de natureza rotineira, já incorporados à dinâmica operacional da Unidade. O Grupamento de Apoio do Galeão dispõe de áreas apropriadas para o recebimento, conferência e armazenamento dos gêneros alimentícios, incluindo estruturas compatíveis com as exigências de conservação e segurança sanitária desses produtos.

No que se refere às providências prévias à celebração do contrato, esta Administração esclarece que **não há necessidade de medidas adicionais**. A Unidade já possui estrutura organizacional, rotinas administrativas e pessoal capacitado para a gestão e fiscalização contratual de aquisições dessa natureza, atividade que integra as atribuições ordinárias do setor responsável pela subsistência.

Assim, não se faz necessária capacitação extraordinária de servidores, adequações estruturais ou implantação de novos procedimentos internos, visto que o objeto da contratação se insere na rotina já consolidada de aquisição, controle e utilização de gêneros alimentícios no âmbito da Organização Militar.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando evitar os possíveis impactos ambientais, a Contratada deverá observar os critérios e procedimentos de acordo com o que prevê o art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG e do GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 2023. A(s) empresa(s) fornecedora(s) adotará(ão) as seguintes principais práticas de sustentabilidade por ocasião do fornecimento de materiais, quando couber:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação, do Instituto Nacional de Metrologia, normatização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens, preferencialmente, sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, pode gerar impactos ambientais ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a produção agrícola ou industrial, transporte, armazenamento, consumo e descarte das embalagens.

Entre os impactos potenciais, destacam-se:

- Uso intensivo de recursos naturais, como água, energia e insumos agrícolas, durante o cultivo, processamento e transporte dos alimentos;
- Geração de resíduos sólidos, especialmente provenientes das embalagens, que podem causar poluição se não forem adequadamente descartadas ou recicladas;
- Emissão de gases de efeito estufa, associada ao transporte e processamento industrial de alimentos, com impacto sobre as mudanças climáticas;
- Desperdício de alimentos, quando não houver planejamento adequado de consumo e armazenamento, contribuindo para impactos socioambientais negativos.

Apesar disso, os impactos são considerados mitigáveis, sobretudo se forem adotadas medidas que incentivem a aquisição sustentável, conforme preconizado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021, com destaque para os seguintes critérios:

- Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos;
- Escolha de alimentos com menor grau de industrialização, favorecendo produtos mais naturais e com menor impacto ambiental;
- Redução de embalagens excessivas ou de difícil reciclagem, preferindo itens com materiais recicláveis ou biodegradáveis;
- Planejamento adequado de consumo e armazenamento, com vistas à minimização do desperdício.

### **Manifestação acerca do Plano de Logística Sustentável (PLS)**

Em atenção ao questionamento quanto à inexistência de menção expressa da presente contratação no Plano de Logística Sustentável (PLS) desta Organização Militar, cumpre prestar os seguintes esclarecimentos, de forma a contextualizar adequadamente a matéria sob os aspectos normativo, administrativo e operacional.

Inicialmente, é importante destacar que o Plano de Logística Sustentável consiste em instrumento de planejamento voltado à promoção de práticas de racionalização de recursos, redução de impactos ambientais e incentivo a padrões de consumo mais sustentáveis no âmbito da Administração Pública. Trata-se, portanto, de documento orientador de diretrizes gerais, cuja finalidade principal é estabelecer metas, indicadores e ações estruturantes de caráter continuado, e não realizar o detalhamento exaustivo de cada contratação individualmente realizada pela Unidade.

Nesse sentido, a ausência de referência nominal à presente licitação no PLS não configura irregularidade, tampouco invalida o processo de contratação. O Plano não possui natureza de rol taxativo de aquisições futuras, mas sim de instrumento estratégico que orienta a adoção de boas práticas de sustentabilidade de forma transversal às diversas contratações realizadas ao longo de sua vigência.

Cabe salientar que a dinâmica operacional do Grupamento de Apoio do Galeão impõe a realização frequente de contratações voltadas à manutenção de serviços essenciais, muitos dos quais possuem caráter continuado e são diretamente impactados por variáveis

operacionais, logísticas e orçamentárias que não permitem sua previsão nominal e detalhada no momento da elaboração do PLS. A atividade de subsistência, por exemplo, envolve consumo diário, perecibilidade de insumos, variações de efetivo e demandas extraordinárias, o que exige flexibilidade administrativa e planejamento adaptativo.

Ademais, o fato de a contratação não estar expressamente listada no PLS não significa que seus aspectos de sustentabilidade tenham sido desconsiderados. Ao contrário, os critérios ambientais e de racionalização de recursos aplicáveis ao objeto serão observados no que couber, conforme a legislação vigente e as diretrizes gerais já estabelecidas no Plano, especialmente no que se refere à redução de desperdícios, à adequação de embalagens, à logística de fornecimento e ao consumo responsável de insumos.

Ressalta-se, ainda, que o PLS não substitui os instrumentos formais de planejamento da contratação previstos na legislação de licitações e contratos, tais como o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), os quais são os meios adequados para a caracterização específica de cada objeto e para a incorporação de eventuais critérios de sustentabilidade pertinentes àquela contratação em particular.

Portanto, a não inclusão expressa da presente licitação no Plano de Logística Sustentável decorre da própria natureza programática e abrangente do PLS, não representando omissão, irregularidade ou desconformidade processual, permanecendo esta Administração comprometida com a observância das diretrizes de sustentabilidade de forma integrada e compatível com a realidade operacional da Unidade.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação

À vista dos elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar — notadamente a caracterização da necessidade, a definição da solução, a metodologia de estimativa de quantitativos, a forma de fornecimento e a análise dos impactos operacionais — conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente viável, administrativamente adequada e razoável**.

A aquisição de gêneros alimentícios, especialmente dos grupos de laticínios e embutidos, está diretamente relacionada à execução de atividade essencial desempenhada pelo Grupamento de Apoio do Galeão no apoio às Unidades sediadas na Guarnição do Galeão, inexistindo alternativa interna capaz de suprir a demanda identificada.

Os estudos realizados indicam que a solução proposta:

- atende à necessidade pública devidamente caracterizada;
- é compatível com a capacidade operacional e logística da Unidade;
- encontra-se dimensionada com base em dados históricos e planejamento técnico;
- observa os princípios da economicidade e da eficiência;
- não impõe riscos desproporcionais à execução contratual.

Dessa forma, considera-se que a solução apresentada no Estudo Técnico Preliminar é adequada ao atendimento do interesse público envolvido, mostrando-se pertinente a continuidade do processo de contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEONARDO DE SA GARCIA**

Equipe de Planejamento

**ANDERSON SILAS DA SILVA**

Equipe de Planejamento

**ANDRE SERPA CALDAS**

Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2.1 Anexo ETP.pdf (536.25 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | 2. ETP_120645-000149-2025                                                                                                         |
| Data/Hora de Criação:         | 06/03/2026 10:53:03                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 15                                                                                                                                |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 16                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | edb72875909a64f4db1a71e5016b2d05                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten LEONARDO DE SÁ GARCIA no dia 06/03/2026 às 10:38:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ANDRÉ SERPA CALDAS no dia 09/03/2026 às 09:41:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento ANDERSON SILAS DA SILVA no dia 09/03/2026 às 09:42:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:25 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

A [União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXX], por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |        |                   |            |                |             |
| 2    |               |        |                   |            |                |             |



|     |  |  |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| 3   |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *[O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

**OU**

2.2. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

**OU**

2.6. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.*

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxxx**), perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxxx**).*

**OU**

5.2. *O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxxx**).*

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**OU**

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

*13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

**OU**

13.3. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.4. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.4.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

13.5. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

**OU**

13.6. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.7. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.10. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.11. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.11.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11.3. Das indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.13. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.13.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.13.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano].**

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO                                                                                                     |
| Data/Hora de Criação:         | 10/03/2026 16:39:53                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 9                                                                                                                                 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 10                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | 68f24c3234f22b551e2a1dbe48e7a1dc                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap SAULO ALVES BARRETO no dia 11/03/2026 às 12:09:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:32 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

## MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O(A) **[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]**, com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, considerando o julgamento da **[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]**, para REGISTRO DE PREÇOS nº **...../202....**, publicada no **..... de ...../...../202.....**, processo administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **[Edital de licitação] OU [Aviso da Contratação Direta]**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **[objeto]**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **[edital de licitação] OU [aviso da contratação direta]** nº **XXXX/XXXX**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor <b>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</b> |                                 |                                  |         |                   |                   |                |                            |
|------------|------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação                                                                | Marca<br>(se exigida no edital) | Modelo<br>(se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|            |                                                                              |                                 |                                  |         |                   |                   |                |                            |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) **[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

**OU**

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| Item nº | Órgãos Participantes | Unidade | Quantidade |
|---------|----------------------|---------|------------|
|         |                      |         |            |
|         |                      |         |            |
|         |                      |         |            |

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

**OU**

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *[podará] OU [não poderá]* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital] OU [aviso de contratação direta]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **[edital] OU [aviso de contratação direta]**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **[edital] OU [aviso de contratação direta]**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *[edital] OU [aviso de contratação direta]*.

*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

## Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> |                                        |                                         |         |                   |                   |                |                            |
|------------|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação                                                                | Marca<br><i>(se exigida no edital)</i> | Modelo<br><i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|            |                                                                              |                                        |                                         |         |                   |                   |                |                            |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> |                                        |                                         |         |                   |                   |                |                            |
|------------|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação                                                                | Marca<br><i>(se exigida no edital)</i> | Modelo<br><i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|            |                                                                              |                                        |                                         |         |                   |                   |                |                            |



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | ANEXO III - MINUTA DE ATA                                                                                                         |
| Data/Hora de Criação:         | 10/03/2026 16:40:52                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 9                                                                                                                                 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 10                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | c66bc004826eeb55290d94c28fc870af                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap SAULO ALVES BARRETO no dia 11/03/2026 às 12:09:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:32 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



## **ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

FORNECEDOR: \_\_\_\_\_  
 CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ TEL: \_\_\_\_\_  
 CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_  
 C/C: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

Apresentamos a V. Sa. nossa proposta ao Grupamento de Apoio do Galeão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

| ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | QTD | DETALHAMENTO DE CUSTOS   |  | Preço Unitário do Item<br>R\$ | Preço Total do Item<br>R\$ |
|------|---------------------|-----|--------------------------|--|-------------------------------|----------------------------|
| 1    |                     |     | MÃO DE OBRA              |  |                               |                            |
|      |                     |     | INSUMOS                  |  |                               |                            |
|      |                     |     | DESPESAS ADMINISTRATIVAS |  |                               |                            |
|      |                     |     | TRIBUTOS                 |  |                               |                            |
|      |                     |     | LUCRO                    |  |                               |                            |
| 2    |                     |     | MÃO DE OBRA              |  |                               |                            |
|      |                     |     | INSUMOS                  |  |                               |                            |
|      |                     |     | DESPESAS ADMINISTRATIVAS |  |                               |                            |
|      |                     |     | TRIBUTOS                 |  |                               |                            |
|      |                     |     | LUCRO                    |  |                               |                            |
| 3    |                     |     | MÃO DE OBRA              |  |                               |                            |
|      |                     |     | INSUMOS                  |  |                               |                            |
|      |                     |     | DESPESAS ADMINISTRATIVAS |  |                               |                            |
|      |                     |     | TRIBUTOS                 |  |                               |                            |
|      |                     |     | LUCRO                    |  |                               |                            |

Informamos que o prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da data de abertura deste Pregão Eletrônico.

Local e data.

(assinatura do representante legal da empresa)

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

Cargo do representante legal: \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS                                                                                           |
| Data/Hora de Criação:         | 10/03/2026 16:41:33                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 2                                                                                                                                 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 3                                                                                                                                 |
| Hash MD5:                     | ce0b50e6a27d11cca361f716f34eda69                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap SAULO ALVES BARRETO no dia 11/03/2026 às 12:09:08 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:32 no horário oficial de Brasília.



## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

## 5 - PAAI - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso XIV e o § 1º, ambos do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo nº 67800.002116/2022-52, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos, no âmbito do COMAER, para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais ou por prática de infração prevista na referida Lei, por licitante ou por contratado, no decorrer da licitação, contratação direta ou execução contratual, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato qualquer acordo firmado entre o COMAER e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que não formalizado por instrumento de contrato, que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 3º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base na boa-fé, assegurando ao licitante ou ao contratado o contraditório e a ampla defesa, o direito de juntar os meios de provas necessários a sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 4º A Administração formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

Art. 5º Esta Portaria visa dar transparência à dosimetria sancionatória, além de limitar a subjetividade no julgamento da infração, por meio da estipulação de critérios objetivos de graduação das sanções previstas, de modo a conferir segurança jurídica tanto para regulados quanto para reguladores, bem como garantir que as decisões de natureza sancionatória adotadas pela Autoridade sejam efetivas, isonômicas, transparentes, objetivas e consistentes.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Nas licitações ou nos processos de contratação direta realizados no âmbito do COMAER é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se como conduta do inciso II o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado, consoante acepções a seguir:

I - grave dano à Administração, entendida como lesão significativa, que afete o patrimônio da Administração ou os serviços administrativos;

II - grave dano ao funcionamento dos serviços públicos, entendida como falha no cumprimento da obrigação, pelo contratado, que concorra para a interrupção, mau funcionamento ou reflexos quanto à disponibilidade de serviços públicos, não se configurando em defeito de pequena relevância;

III - grave dano ao interesse coletivo, entendida como evento, decorrente de ação ou inação do contratado, apto a gerar danos a um número indeterminado de pessoas que se encontram em situação equivalente, a exemplo das hipóteses de inobservância de parâmetros técnicos ou de segurança.

§ 2º Consideram-se como condutas do inciso IV, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório; e

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Consideram-se como condutas do inciso V, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas:

I - deixar de atender a convocações do agente ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente ou pela comissão de contratação;

III - abandonar o certame; e

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se como conduta do inciso VII o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se como conduta do inciso X, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual, a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou quaisquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

Art. 7º Após transcorridas todas as etapas do PAAI, em razão do conhecimento de descumprimento de cláusula editalícia, inadimplência ou descumprimento de obrigação contratual

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

por parte de licitante, fornecedor ou contratado do COMAER, a autoridade instauradora do referido processo deverá decidir, motivadamente, sobre a aplicação ou não de sanção e, em caso positivo, sobre a sanção administrativa que melhor se adeque à situação apresentada, conforme critérios para a dosimetria estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo Único. Não se consubstanciam em sanções previstas na presente Portaria as disposições concernentes ao Instrumento de Medição de Resultados ou à remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental ou prazos de entrega definidos no edital de licitação ou no contrato, com a especificação objetiva dos níveis de qualidade esperados e as respectivas adequações de pagamento.

Art. 8º Os licitantes ou os contratados que incidirem nas condutas definidas no art. 6º desta Portaria, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II – multa compensatória;
- III – multa moratória;
- IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A aplicação de quaisquer sanções elencadas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

### CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### Seção I Da advertência

Art. 9º A advertência é a sanção administrativa reservada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial, desde que não cause dano à Administração, ou seja, quando infringir, pela primeira vez, obrigações afetas à entrega e substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, descumprimento de cláusulas contratuais, ou ainda, pelo não cumprimento de orientações do fiscal ou membro da comissão fiscalizadora de contrato.

Art. 10. A advertência deverá ser proposta quando não se justificar a imposição de sanção mais grave e não poderá ser aplicada em caso de reincidência na mesma espécie de descumprimento.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

## Seção II Da multa

Art. 11. A multa de que trata o inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderá incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 6º desta Portaria, podendo ser combinada com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser moratória e/ou compensatória.

Art. 12. O valor total da multa aplicada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, considerando-se neste caso, a multa moratória e compensatória aplicadas concomitantemente.

§ 1º Para a aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 13. A Unidade Gestora (UG) sancionadora deverá notificar o contratado acerca da decisão final, a qual contemplará as razões e sanções, bem como o valor da multa, se for o caso.

Art. 14. Os procedimentos de cobrança, parcelamento, atualização e suspensão de cobrança da multa estão previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica (Manual I) do RADA-e.

## Subseção I Da multa compensatória

Art. 15. A multa compensatória possui um caráter indenizatório e será calculada na forma do edital ou do contrato, estabelecidos parâmetros proporcionais às infrações.

§ 1º O percentual da multa a ser aplicado dependerá da dimensão dos danos causados, respeitados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Não havendo danos, e não sendo cabível a advertência, ou sendo esses de difícil quantificação, poderão ser utilizados os parâmetros indicados nesta Portaria.

§ 2º No caso de condutas tipificadas nos incisos IV e V do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.

§ 3º No caso de condutas tipificadas no inciso VI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.

§ 4º No caso de condutas tipificadas nos incisos I, VIII e XII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.

§ 5º No caso de condutas tipificadas nos incisos II, III, IX, X e XI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.

§ 6º No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto nos dispositivos seguintes.

Art. 16. Nos casos em que os danos causados à Administração possam ser quantificados preliminarmente à publicação do edital, caberá ao Ordenador de Despesas justificar a adoção de parâmetro específico de aplicação de multa para a contratação, diferente dos acima sugeridos.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Subseção II  
Da multa moratória

Art. 17. A multa moratória possui efeito persuasório, com o objetivo de estimular o contratado a cumprir a obrigação avençada. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, especificamente quando ensejar o retardamento da execução em obras, serviços de engenharia e serviços contínuos, em relação ao prazo de execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s) calculada(s) com base na seguinte fórmula:

I -  $M = (C/T) \times N \times F$ , sendo:

- a) M = valor da multa;
- b) C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;
- c) T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;
- d) N = período de atraso em dias corridos; e
- e) F = fator progressivo de correção por dia de atraso.

II - o fator progressivo de correção (F) é obtido conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Fator progressivo de correção por dia de atraso

| <b>PERÍODO DE ATRASO<br/>(DIAS CORRIDOS)</b> | <b>F</b> |
|----------------------------------------------|----------|
| Até 10 dias                                  | 0,03     |
| De 11 a 20 dias                              | 0,06     |
| De 21 a 30 dias                              | 0,09     |
| De 31 a 40 dias                              | 0,12     |
| Acima de 40 dias                             | 0,15     |

§1º Caso o valor da multa calculada de acordo com a fórmula constante do caput deste artigo não alcance o mínimo previsto no caput do art. 12 desta Portaria, deve-se afastar o valor apurado mediante fórmula e aplicar a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Art. 18. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º, exceto nos casos previstos no art. 14, ambos desta Portaria, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s), de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

I - atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

II - atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

III - atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Art. 19. Em se tratando de compras/obras ou serviços de engenharia, prestação de serviços de conservação e limpeza ou qualquer outro serviço contínuo, o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato.

## Seção III

## Do impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal

Art. 20. O impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021 será aplicado com a seguinte gradação:

I - por até 30 (trinta) dias:

- a) no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; e
- b) na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.

II - por até 3 (três) meses:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) na arguição da inexequibilidade dos próprios preços ofertados; e
- c) na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação.

III - por até 6 (seis) meses:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação ou da dispensa e inexigibilidade;
- d) na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos incisos I e II, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- e) na aplicação da segunda sanção administrativa de multa no mesmo PAG;
- f) na aplicação de duas sanções administrativas de advertência e uma de multa, no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e
- g) na aplicação de duas sanções administrativas de multa no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

IV - por até 12 (doze) meses:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) quando o contratado não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e
- c) na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso III, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

V - por até 24 (vinte e quatro) meses:

- a) na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;
- b) dar causa à inexecução total do contrato; e



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

c) na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso IV deste item, em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.

VI - por até 36 (trinta e seis) meses:

a) dar causa à inexecução total do contrato que ocasione grave dano à Administração ou paralisação de serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Art. 21. Para efeito do disposto nesta Portaria, a aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 1º O impedimento de licitar e contratar só produz efeitos para o futuro, sem interferir nos contratos já existentes e em andamento.

#### Seção IV

##### Da declaração de inidoneidade

Art. 22. As hipóteses de cabimento específicas para a imposição da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são as previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da mesma Lei, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

§ 1º O PAAI que, eventualmente, concluir pela aplicação da declaração de inidoneidade, será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, via cadeia de comando, após análise jurídica da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), em face da competência exclusiva de aplicação da sanção.

§ 2º Os critérios para a declaração de inidoneidade serão definidos pelo Ministro de Estado da Defesa.

3º A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 4º No ato de declaração de inidoneidade, a UG que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo PAAI, para fim de reabilitação do sancionado, o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações.

#### CAPÍTULO IV

##### DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 23. Da aplicação da sanção, caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado pelo sancionado perante a própria autoridade que aplicou a sanção, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, consoante art. 167 da Lei nº 14.133/2021, possuindo efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As disposições concernentes à instrução processual do PAAI, inclusive pedido de reconsideração da aplicação da sanção, estão descritos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e.

Art. 25. A Administração deverá providenciar os registros das sanções nos cadastros pertinentes previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Art. 26. Esta Portaria deverá ser referenciada nas minutas dos editais de licitações, nas minutas de termos de contrato e nos avisos de contratação direta, em todos os processos administrativos de contratação abertos a partir do início da sua vigência, bem como deverá ser disponibilizada para consulta aos interessados, em local de fácil acesso.

Art. 27. Os regramentos previstos na presente Portaria referem-se às contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021.

§ 1º As disposições desta Portaria estarão válidas até superveniência de Regulamentação Federal sobre o tema, ocasião na qual a Portaria em tela será reeditada.

§2º Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 28. As contratações realizadas com base na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011 deverão seguir estritamente o previsto na ICA 12-23.

Art. 29. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação do Sr. Comandante da Aeronáutica, por proposição da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Art. 30. Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de dezembro de 2023.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO  
Comandante da Aeronáutica



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |                                                                                                                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Documento:                    | ANEXO V - PORTARIA GABAER 623-GC4                                                                                                 |
| Data/Hora de Criação:         | 10/03/2026 16:42:16                                                                                                               |
| Páginas do Documento:         | 9                                                                                                                                 |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 10                                                                                                                                |
| Hash MD5:                     | 20b5b835dbfa86cda2c7a33670f1f3c3                                                                                                  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DIEGO DA SILVA SOUSA no dia 11/03/2026 às 16:55:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MARCELO ALVES DE MATOS TELLES no dia 30/03/2026 às 15:59:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major TAMIRIS SOARES DE SOUZA VIEIRA no dia 06/04/2026 às 10:34:32 no horário oficial de Brasília.